



REDE TRANS BRASIL

SAYONARA NAIDER BONFIM NOGUEIRA

TATHIANE AQUINO ARAÚJO

MARIANA SILVA ARAKAWA

DANIEL HENRIQUE DE OLIVEIRA SILVA

DOSSIÊ
A GEOGRAFIA DOS
CORPOS TRANS

**ANÁLISE DA EXPECTATIVA DE VIDA DAS PESSOAS
TRANS E TRAVESTIS BRASILEIRAS
COM BASE NOS DADOS ELEITORAIS**



REDE TRANS BRASIL

SAYONARA NAIDER BONFIM NOGUEIRA

TATHIANE AQUINO ARAÚJO

MARIANA SILVA ARAKAWA

DANIEL HENRIQUE DE OLIVEIRA SILVA

DOSSIÊ
A GEOGRAFIA DOS
CORPOS TRANS

**ANÁLISE DA EXPECTATIVA DE VIDA DAS PESSOAS
TRANS E TRAVESTIS BRASILEIRAS
COM BASE NOS DADOS ELEITORAIS**

10 ANOS: A GEOGRAFIA DOS CORPOS TRANS.

DOSSIÊ, 2026.

Copyright © 2026 Rede Trans Brasil

A distribuição deste material é gratuita e sua reprodução total ou parcial é permitida, desde que citada a referência.

AUTORAS (ES):

Tathiane Aquino de Araújo
Sayonara Naider Bonfim Nogueira
Mariana Silva Arakawa
Daniel Henrique de Oliveira Silva

DIAGRAMAÇÃO:

Sayonara Naider Bonfim Nogueira

COLABORAÇÃO:

Instituto Brasileiro Trans de Educação
Observatório Trans
Rede LacTrans

REVISÃO FINAL:

Flavio Brebis

IMAGENS:

canva.com

Ficha Bibliográfica:

NOGUEIRA, Sayonara Naider Bonfim; ARAÚJO, Tathiane Aquino; ARAKAWA, Mariana Silva; SILVA, Daniel Henrique de Oliveira. **Dossiê: A Geografia dos Corpos Trans** - Análise da Expectativa de Vida das Pessoas Trans e Travestis Brasileiras com base nos dados eleitorais. Série Publicações Rede Trans Brasil, 10a. ed. Aracaju: Rede Trans Brasil, Uberlândia: IBTE, 2026.

**BRASIL
2026**

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Dossiê [livro eletrônico] : a geografia dos corpos trans : análise da expectativa de vida das pessoas trans e travestis brasileiras com base nos dados eleitorais / Sayonara Naider Bonfim Nogueira...[et al.]. -- 10. ed. --
Uberlândia, MG : Ed. dos Autores, 2026.
-- (Série publicações rede trans Brasil ; 10)
PDF

Outros autores: Tathiane Aquino Araújo, Mariana Silva Arakawa, Daniel Henrique de Oliveira Silva.
ISBN 978-65-01-90037-7

1. Bem-estar social 2. Cartografia 3. Estatísticas sociais 4. Expectativa de vida - História
5. Transexuais 6. Travestis I. Nogueira, Sayonara Naider Bonfim. II. Araújo, Tathiane Aquino.
III. Arakawa, Mariana Silva. IV. Silva, Daniel Henrique de Oliveira. V. Série.

26-330633.0

CDD-361.614

Índices para catálogo sistemático:

1. Pessoas transgênero : Direitos humanos :
Bem-estar social 361.614

Eliane de Freitas Leite - Bibliotecária - CRB 8/8415

ÍNDICE

Palavras da Presidenta.....	06
Introdução.....	09
Os dados do Trans Murder Monitoring 2025.....	15
A escala dos assassinatos de pessoas trans no Brasil nos últimos 10 anos.....	19
Elementos Frequentes.....	53
América Latina e Caribe.....	55
Mapas de Violências e Resistências: Dez Anos da Geografia dos Corpos Trans.....	59
Dos dados oficiosos aos dados oficiais.....	66
Expectativa de vida de pessoas trans e travestis brasileiras: uma análise qualitativa e quantitativa a partir de dados eleitorais e educacionais.....	77
Palavras Finais.....	87

PALAVRAS DA PRESIDENTA

A Rede Trans Brasil é uma organização fundamental no cenário dos direitos das pessoas trans, travestis e de gênero diverso no Brasil. Seu propósito central é garantir direitos humanos, cidadania plena e combater a discriminação contra pessoas trans no Brasil. Também age no monitoramento, na orientação legislativa dessas pautas e na implementação de políticas públicas nas esferas municipal, estadual e federal.

A Rede tem diversas entidades filiadas — cerca de 72 entidades em todo o território brasileiro, cobrindo os 26 estados e o Distrito Federal, — com engajamento em todas as instâncias governamentais. É afiliada à REDLACTRANS, uma rede latino-americana de discussão e ativismo para pessoas trans.

Uma das grandes frentes de atuação da Rede Trans Brasil é a produção de Dossiês sobre violências contra pessoas trans e travestis, especialmente homicídios motivados por transfobia, além de monitorar políticas públicas por meio de projetos como o Observatório Nacional TransFormação, que avalia como as políticas para pessoas trans e travestis estão sendo implementadas e onde há lacunas.

A Rede Trans Brasil defende a saúde integral para mulheres trans, travestis e pessoas trans de modo geral: não apenas acesso a tratamentos específicos, mas também o apoio emocional, acesso à moradia, trabalho, educação, segurança.

Dados obtidos pela Rede Trans Brasil sobre estudantes trans na rede pública confirmaram que, em 2024, mais de 9.000 estudantes trans foram identificados em redes estaduais, usando nome social nas escolas, em todo o Brasil. Esse tipo de dado é usado para pressionar por políticas educacionais mais inclusivas.

Os dados coletados pela Rede Trans Brasil têm uma importância estratégica, política, social e acadêmica, especialmente em um contexto marcado pela ausência de estatísticas oficiais consistentes sobre a população trans no país.

A Rede Trans Brasil desempenha papel vital para dar visibilidade estatística à população trans, especialmente em um contexto em que muitos crimes de ódio ou violências contra pessoas trans podem manter-se subnotificados. Ao longo dos anos, a sua atuação perseverante fortalece a argumentação para criação e implementação de políticas públicas mais eficazes, porque seus dados e relatórios mostram evidências concretas da precariedade de vida enfrentada por muitas pessoas trans no Brasil.

Também tem atuado para que o Estado cumpra seu papel na garantia de direitos: vida, saúde, segurança, trabalho e educação para pessoas trans. Os desafios para efetivar as políticas públicas para pessoas trans são altos: além da violência, há exclusão social, dificuldade de acesso a emprego, saúde e educação, o que torna o trabalho da Rede ainda mais urgente.

Por meio dos Dossiês, a Rede Trans Brasil consegue dar voz a uma comunidade frequentemente marginalizada e invisibilizada nas estatísticas oficiais. Suas ações de *advocacy* já produziram frutos: aproximação com ministérios do governo federal, entrega de relatórios para governantes e gestores públicos, além de incidir na visibilidade pública das demandas das pessoas trans e travestis. Ao mapear realidades difíceis, a Rede Trans Brasil contribui para que a sociedade civil, esferas de governo e outras entidades tomem decisões com informações mais consistentes, que alcancem de fato e de direito as pessoas trans, travestis e de gênero diverso, em todas as instâncias.

“Sem dados, não há problema. Se o problema não existe oficialmente, não há verba nem interesse político em resolvê-lo.”

Tathiane Araújo
Presidenta da Rede Trans Brasil



Por que os dados da Rede Trans Brasil são tão importantes?



Dar visibilidade às vidas trans



Denunciar a violência e o sub-registro



Fortalecer a pesquisa e o conhecimento

Pressionar por políticas e justiça



Dialogar com organismos internacionais

Cada dado é uma **VIDA. É MEMÓRIA. É LUTA.**

Sem dados, não há política pública.

Sem memória, não há justiça.

#VidasTransImportam
#DadosSalvamVidas
#ContraATransfobia

INTRODUÇÃO

Pioneira no Brasil, a Rede Trans Brasil iniciou, em 2016, o monitoramento de violências contra a população trans sob a liderança de pessoas trans e travestis. Esse trabalho tornou-se referência para novos estudos na área. Este texto analisa a evolução desse cenário, comparando os dados coletados ao longo da última década com os resultados do Dossiê de 2026.

Retomando as reflexões do Dossiê “Geografia dos Corpos das Pessoas Trans”, observamos que a violência contra essa população não ocorre de forma isolada, mas está profundamente ligada às raízes da desigualdade social, racial e de gênero no Brasil. O cruzamento de opressões — como o racismo, o sexismo e a transfobia — explica por que as travestis e mulheres trans negras são o grupo mais atingido, evidenciando uma vulnerabilidade que é, ao mesmo tempo, social e estatística.

No que tange às travestis e mulheres transexuais negras, observa-se uma sobreposição de opressões que funde as discriminações de gênero e raça. Essa perspectiva interseccional, que articula as categorias de classe, gênero e raça — conforme amplamente teorizado na literatura contemporânea —, é indispensável para uma compreensão profunda das vulnerabilidades específicas enfrentadas pela população trans.

É fundamental reconhecer que raça e classe social são camadas que estruturam e atravessam nossas identidades de gênero. Ao analisar a transfobia, é imperativo considerar a política de dominação brasileira, compreendendo como os impactos do racismo, do sexismo, da exploração de classe e da herança colonial se articulam para produzir as exclusões atuais (bell hooks, 2017).

Ninguém é “apenas” uma identidade de gênero. Uma mulher trans branca e rica vive uma realidade radicalmente diferente de uma travesti negra e periférica. A interseccionalidade ensina que raça e classe não são apenas “adicionais”, mas elementos que alteram a própria natureza da violência sofrida.

1 hooks, bell. **Ensinando a transgredir**: a educação como prática da liberdade. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2017.

A necropolítica opera como uma tecnologia de governo voltada para a morte, promovendo a extinção e o apagamento sistemático daqueles cujas vidas são consideradas desprovidas de valor. Nesse regime, a soberania não se exerce apenas sobre a vida, mas sobre o poder de ditar quem deve morrer, aniquilando tanto o corpo físico quanto qualquer horizonte de existência (Achille Mbembe, 2016) [2].

A necropolítica age para proteger a cisgeneridade e seus espaços de poder, enquanto condena travestis e pessoas trans à invisibilidade e à exclusão. Ao estabelecer que esses corpos não são dignos de direitos básicos, o Estado nega a eles não apenas a segurança física, mas também o direito à cidade, ao voto e às garantias fundamentais das políticas públicas.

Para preservar seus privilégios e seu status de hegemonia, a cisgeneridade — estabelecida como o padrão 'normal' e aceitável — produz a figura do 'outro' como uma anomalia a ser inferiorizada. A partir dessa construção, instaura-se uma política de morte social que nega direitos básicos e justifica a exclusão sistemática sob o pretexto de proteger os 'bons costumes' e a família tradicional contra supostas ameaças.

Pessoas trans demandam o que é básico a qualquer cidadã ou cidadão: teto, estudo, trabalho e dignidade. Contudo, a estrutura de opressão impõe uma vulnerabilidade que bloqueia o acesso a esses direitos fundamentais. Esse cerceamento, fruto da transfobia, impede a ocupação plena do espaço urbano e se manifesta em diversas camadas, excluindo travestis e pessoas trans das instituições e da vida pública.

O espaço urbano, que deveria ser o palco da pluralidade e das interações democráticas, transmuta-se em um território hostil e opressivo, regido por uma lógica capitalista e por valores cisheteronormativos que segregam os corpos dissidentes. A estrutura física das cidades (o concreto, as luzes, os muros) reflete o preconceito invisível da sociedade. A violência de gênero, portanto, não acontece "no vácuo", mas em um palco urbano que muitas vezes já está montado para excluir quem foge à regra.

2 MBEMBE, Achille. Necropolítica. Arte & Ensaios – **revista do ppgav/eba/ufrj**, n. 32, dezembro 2016.

A hostilidade do espaço urbano reflete um projeto das classes dominantes para manter o modelo patriarcal e a supremacia da branquitude. Essa engrenagem produz uma violência transfóbica persistente que este Dossiê se propõe a dissecar. Analisaremos como o preconceito se traduz em violações recorrentes nos âmbitos físico, psicológico, moral e patrimonial, revelando a face sistêmica da transfobia na sociedade.

Esta realidade representa uma violação sistemática dos direitos humanos e impede o avanço de um Brasil mais justo. Sem o respeito às identidades trans, qualquer projeto de democracia ou de desenvolvimento de uma sociedade diversa permanece incompleto.

A finalidade deste documento é expor a face de uma transfobia que, infelizmente, tornou-se cotidiana no Brasil. Por meio dos dados coletados, localizamos essa violência em todos os âmbitos: na residência, no trabalho e na convivência familiar. É evidente, portanto, que esses assassinatos são marcados por uma perversidade contínua, enraizada em lógicas coloniais e racistas que negam o direito à vida.



OBJETIVOS

Os objetivos deste Dossiê concentram-se na denúncia de homicídios e mortes sociais perpetrados contra travestis, mulheres e homens trans, pessoas transmasculinas e de gênero diverso no Brasil. Para além de métricas e estatísticas, buscamos expor a desumanidade de um cenário onde o estigma e o preconceito resultam em mortes físicas e sociais. Ao consolidar indicadores da última década, oferecemos um diagnóstico preciso das vulnerabilidades que deve fundamentar a proposição de políticas públicas específicas. Além disso, a inclusão de dados da América Latina e do Caribe, fruto de articulações parceiras, consolida este material como uma ferramenta estratégica de denúncia perante organismos internacionais.

METODOLOGIA

A Rede Trans Brasil realiza o monitoramento fundamentada no rigor técnico e na segurança das informações, desde a confirmação do óbito até a catalogação dos episódios. Ao recebermos uma denúncia de homicídio, iniciamos um processo de verificação de referências seguido pelo acionamento de nossas instituições filiadas. Essas unidades locais realizam a checagem direta com órgãos oficiais — como Secretarias de Segurança Pública, Centros de Combate à LGBTfobia e outras instâncias de controle — para garantir a fidedignidade absoluta dos dados apresentados.

A catalogação dos casos ocorre estritamente após essa busca criteriosa, cruzando informações de fontes jornalísticas com a validação presencial de nossas filiadas. Esse protocolo nos permite realizar, de maneira ética e responsável, um levantamento que transita entre o quantitativo e o qualitativo, assegurando que o dossiê reflita a realidade da violência em sua inteireza e complexidade.

A metodologia segue o padrão internacional da *Transgender Europe* (TGEU), instituição da qual somos parceiras desde 2016, alimentando com dados de toda América Latina e Caribe.

A parceria entre a Rede Trans Brasil e a *Transgender Europe* é um pilar fundamental para a visibilidade internacional da violência contra pessoas trans, especialmente por meio do projeto *Trans Murder Monitoring* (TMM). Atuando como uma fonte crucial de dados no território brasileiro, a Rede Trans Brasil fornece informações detalhadas que alimentam o observatório global da TGEU.

O monitoramento baseia-se em casos reportados na mídia, com ênfase no ambiente digital. Realizamos uma varredura diária utilizando ferramentas como o Google Alerta, parametrizado com descritores estratégicos como 'travesti', 'transexual', 'assassinato' e 'homicídio'. Paralelamente, denúncias recebidas via redes sociais (WhatsApp, Facebook, Instagram) e e-mail passam por uma validação obrigatória junto às nossas filiadas. Somente após a confirmação rigorosa, os dados são integrados ao site do Observatório Trans, abrangendo também os registros dos demais países da América Latina e Caribe.

É imperativo sublinhar a existência de uma subnotificação crônica desses dados, reflexo da ausência de pesquisas oficiais por parte dos órgãos governamentais voltadas à nossa comunidade. Por conseguinte, embora os resultados aqui expostos sejam rigorosos, eles não pretendem representar a totalidade da violência letal contra pessoas trans e de gênero diverso no país. Tais limitações são o resultado direto da carência de informações institucionais e das barreiras enfrentadas durante o monitoramento independente.

Outra limitação do trabalho é que as informações que chegam até a nossa instituição, muitas vezes, não trazem dados imprescindíveis para compor o perfil demográfico das vítimas. Portanto, há uma escassez de elementos que indiquem os agressores, as motivações e as circunstâncias.

Inconsistências na divulgação dos dados ocorrem, frequentemente, devido à negligência ou desconhecimento da mídia e dos órgãos de segurança pública quanto à identidade de gênero das vítimas. Essa lacuna institucional reflete-se no uso de terminologias pejorativas ou na descaracterização da identidade trans em registros oficiais, nos quais termos como 'homossexual com vestimentas femininas' ou expressões transfóbicas ainda são utilizados indevidamente.

METODOLOGIA DOS DOSSIÊS DA REDE TRANS BRASIL



Fonte de Dados



Busca Automática



Verificação de
Informações



Apoio das Redes
Locais



Apoio das Redes Locais



Cruzamento de Dados



Divulgação
Internacional



Catálogo dos Casos



Uso para Advocacy



OS DADOS DO *TRANS MURDER* *MONITORING 2025*

Todos os anos, em 20 de novembro, pessoas trans e de gênero diverso se reúnem como uma comunidade para lamentar e lembrar as vítimas perdidas no Dia da Memória Trans (TDoR). Essa data é celebrada internacionalmente desde 1999, quando organizações trans no mundo todo se reúnem em luto para lembrar Rita Hester, uma mulher trans negra que havia sido assassinada.



A TGEU é a organização responsável pelo projeto de pesquisa *Trans Murder Monitoring* que monitora, os assassinatos de pessoas trans e de gênero diverso em nível global, desde 2008. Passados 26 anos, a violência persiste de forma agravada, impulsionada por ofensivas globais reacionárias. Esses movimentos não apenas negam a existência da população trans, mas fomentam discursos de ódio e articulam retrocessos institucionais que impedem o reconhecimento pleno de seus direitos humanos fundamentais.

Novos dados globais do *Trans Murder Monitoring* 2025 (TMM) do TGEU revelam uma mudança perigosa: um número crescente de vítimas de assassinato são líderes e ativistas do movimento trans. No último ano, ativistas trans representaram 14% dos assassinatos reportados e são o segundo grupo mais alvo globalmente, atrás apenas das trabalhadoras do sexo. O aumento ano após ano dos assassinatos de ativistas trans mostra que isso é uma tentativa de silenciar aqueles que lutam pelos direitos trans no mundo todo.

Principais Apontamentos de 2025:

- **281 pessoas trans e de gênero diverso foram relatadas como assassinadas** entre 1º de outubro de 2024 e 30 de setembro de 2025.
- Desde 2009, o monitoramento do TGEU já registrou **5.322 assassinatos no mundo todo**.
- **Trabalhadoras do sexo (34%) continuam sendo o grupo mais alvo** de todas as ocupações conhecidas.
- Há um aumento notável **nos assassinatos de ativistas e líderes de movimentos**, que são o segundo grupo mais alvo por ocupação este ano, representando 14% dos casos (um aumento em relação aos 9% em 2024 e 6% em 2023).
- Em **90% dos assassinatos relatados**, as vítimas eram mulheres trans ou pessoas transfemininas.
- **88% das vítimas eram pessoas trans negras ou pardas, uma queda de 5% em relação ao recorde histórico do ano passado (93%)**.
- Distribuição etária: 24% das vítimas de assassinato tinham entre 19 e 25 anos, 25% entre 26 e 30 anos, 26% entre 31 e 40 anos e 5% com menos de 18 anos.
- **68% dos assassinatos ocorreram na América Latina e no Caribe.**
- **O Brasil lidera a lista pelo 18º ano consecutivo com 30% do total de casos.**
- 05 casos foram registrados na Europa, uma queda em relação aos 08 de 2024.
- 31 casos foram registrados nos Estados Unidos, uma queda em relação aos 41 de 2024.
- 44% dos assassinatos relatados foram tiroteios.
- 25% dos assassinatos ocorreram na rua e 22% na própria casa da vítima.

Como em anos anteriores, mulheres negras e trans de cor, e trabalhadores do sexo trans, estão super representados entre as vítimas de assassinato, sendo as trabalhadoras do sexo as ocupações mais alvo de todas as conhecidas. Isso destaca como misoginia, racismo, xenofobia e prostituição se cruzam de maneiras mortais.

Um total de 281 pessoas trans e de gênero diverso foram assassinadas desde a atualização de 2024, uma diminuição em relação aos 350 casos do ano passado. No entanto, esse declínio não significa necessariamente maior segurança. Provavelmente reflete a crescente invisibilidade desses assassinatos na cobertura da mídia — uma tendência que pode ser moldada por mudanças nos algoritmos dos mecanismos de busca e das redes sociais ou pelo desinteresse generalizado da mídia, o que pode dificultar a identificação e verificação dos assassinatos.

"Desde 2020, percebi uma queda nesse tipo de notícia, que pode ser devido à invisibilidade desses incidentes ou ao aumento da subnotificação", afirmou uma das parceiras de pesquisa do TGEU, Sayonara Nogueira, do Observatório Trans & Rede Trans Brasil.



"Não é possível alegar que as informações e resultados apresentados aqui representam todos os homicídios e violência contra pessoas trans, devido às limitações durante o monitoramento e à falta de dados governamentais. Como muitos assassinatos são reportados incorretamente ou omitidos, muitas vezes devido ao uso de gênero errado, estigma ou reportagens erradas na mídia, o número real de assassinatos provavelmente é muito maior".

*Sayonara Nogueira
Secretária de Comunicação da Rede Trans
Brasil
Responsável pela coleta de dados para a
TGEU no Brasil*

Os dados sugerem que a maioria das regiões está enfrentando uma tendência de queda nos assassinatos relatados que têm como alvo pessoas trans. América Latina e Caribe continuam a representar a esmagadora maioria dos casos, com Brasil, México, Colômbia e Venezuela apresentando os maiores números da região. No entanto, o número registrado em 2025 ficou abaixo de 200 — a primeira vez que o total caiu abaixo desse limite nos últimos 15 anos.

Parceiros do Projeto

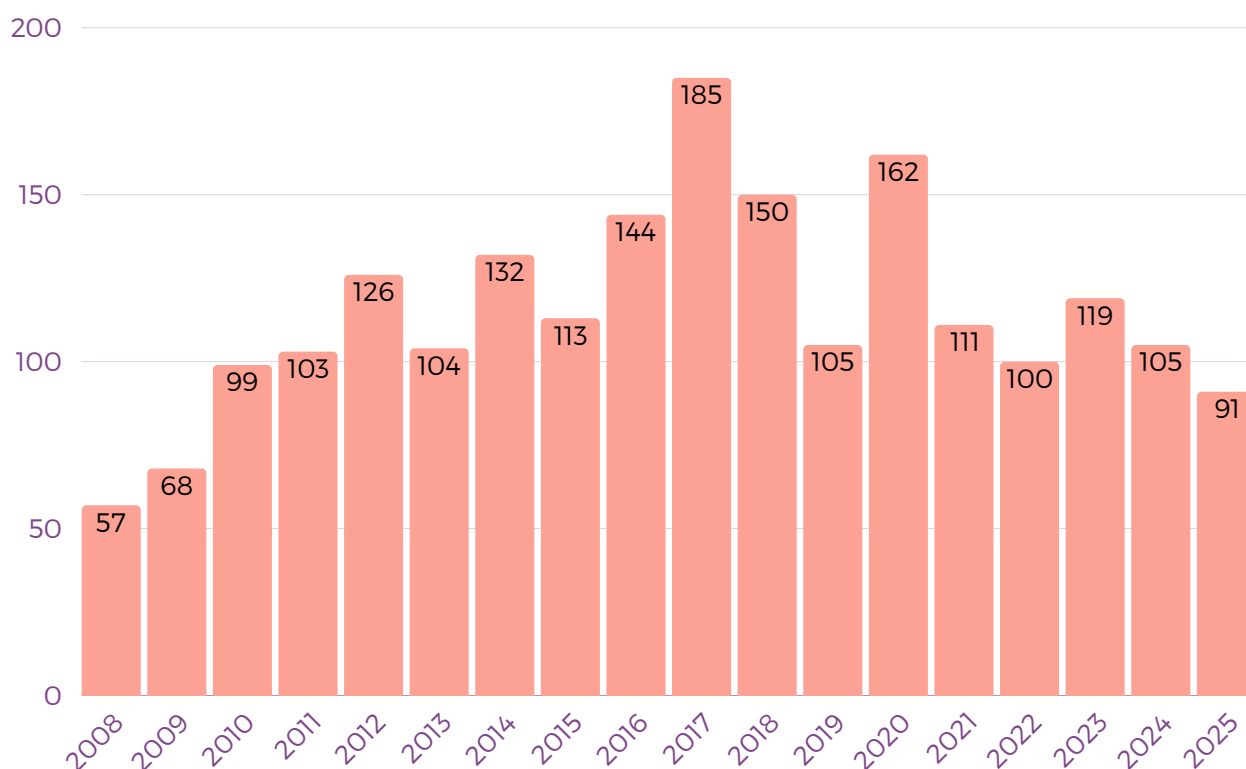
Rede Tranz Uganda (Uganda), Asociación de Derechos Humanos Cozumel Trans (Honduras), Asociación Silueta X (Equador), Associação Unidade (Togo), Caribe afirmativo (Colômbia), Centro de Apoio a las Identidades Trans (México), ESPERANÇA - Ter Apenas Expectativas Positivas (Paquistão), Jaringan Indonésia Transgênero (Indonésia), Jinsiangu (Quênia), Rede Trans LakanBini (Filipinas), Mawjoudin (Tunísia), Observatório de violações a direitos humanos de personas LGTBQ+ na Nicarágua (Nicarágua), OTRANS Guatemala (Guatemala), Qorras (Líbano), Arte Queer e Ação (Índia), **Rede Trans Brasil (Brasil)** e Trans Lives Matter (Reino Unido).



A ESCALA DOS ASSASSINATOS DE PESSOAS TRANS NO BRASIL NOS ÚLTIMOS 10 ANOS

Em nossa pesquisa, no ano de 2025, registramos **91 mortes** (físicas e sociais) de pessoas trans e travestis no Brasil. Foram 14 casos a menos em relação ao ano de 2024. Todos os casos registrados foram divulgados por meios de comunicação, como internet, redes sociais, jornais e televisão.

Gráfico 1 - Evolução dos casos no Brasil de 2008 a 2025



Fonte: Sayonara Nogueira, 2026.

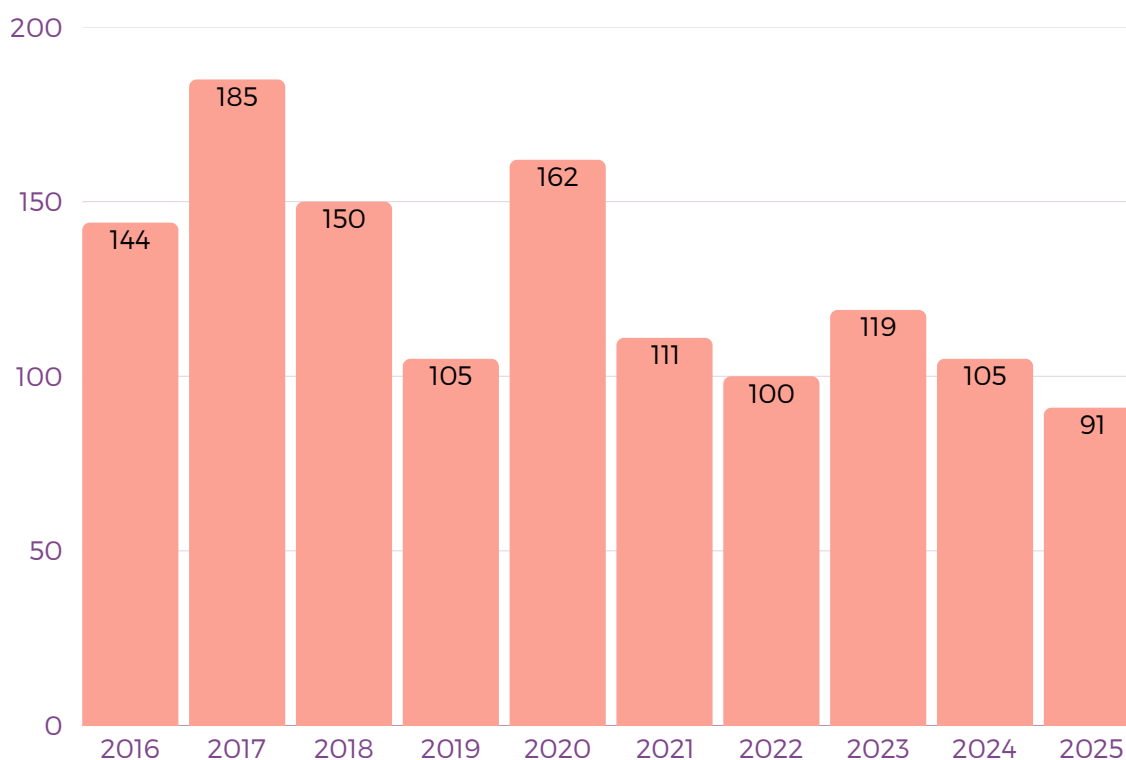
Ao observar o gráfico, podemos identificar alguns pontos importantes na série histórica:

- **Tendência de Crescimento:** Há um aumento gradual e significativo de 2008 até 2017, onde o número salta de 57 para o pico histórico de 185 casos.

- **Pico em 2017:** Este ano representa o ponto mais alto da série, seguido por uma queda em 2019 e um novo aumento expressivo em 2020 (162 casos), possivelmente refletindo contextos sociais específicos daqueles anos.
- **Estabilização Recente:** Entre 2021 e 2025, os números apresentam uma leve flutuação, mantendo-se em uma média próxima a 100 casos, com uma queda mais acentuada registrada em 2025 (91 casos).

Deste modo, torna-se urgente a formulação de políticas públicas, pois os dados acima mostram que, embora haja oscilações, os números ainda permanecem muito superiores aos registrados no início do monitoramento em 2008.

Gráfico 2 - Evolução dos casos no Brasil de 2016 a 2025



Fonte: Sayonara Nogueira, 2026.

O ano de 2017 (185 casos) permanece como o ponto de maior letalidade da série. Esse período coincidiu com um aumento generalizado da violência urbana no Brasil e uma polarização política que frequentemente reflete no aumento da hostilidade contra populações vulnerabilizadas.

Um dado alarmante é o salto em 2020 (162 casos). Enquanto a população geral estava em isolamento devido à COVID-19, a violência contra pessoas trans aumentou. Isso sugere: *Vulnerabilidade Doméstica*: muitas pessoas trans foram forçadas ao isolamento com familiares agressores. *Exposição nas Ruas*: o fechamento de comércios deixou as ruas mais desertas, aumentando o risco para profissionais do sexo e pessoas em situação de rua, que compõem grande parte das vítimas.

Tendência de Queda e Subnotificação (2021-2025): os dados mostram uma redução gradual, chegando a 91 casos em 2025. Embora pareça um avanço, essa queda deve ser analisada com cautela:

Aperfeiçoamento dos Dados: a queda pode refletir uma mudança nas dinâmicas de violência ou mudanças na forma como os crimes são tipificados. *Barreira dos 100*: observa-se que, com exceção de 2025, o Brasil raramente consegue baixar a marca de 100 assassinatos anuais, o que consolida o país como um dos mais perigosos do mundo para pessoas trans.

Mesmo com a oscilação dos números, a violência é mantida por:

Transfobia Institucional: falha em investigar crimes com perspectiva de gênero.

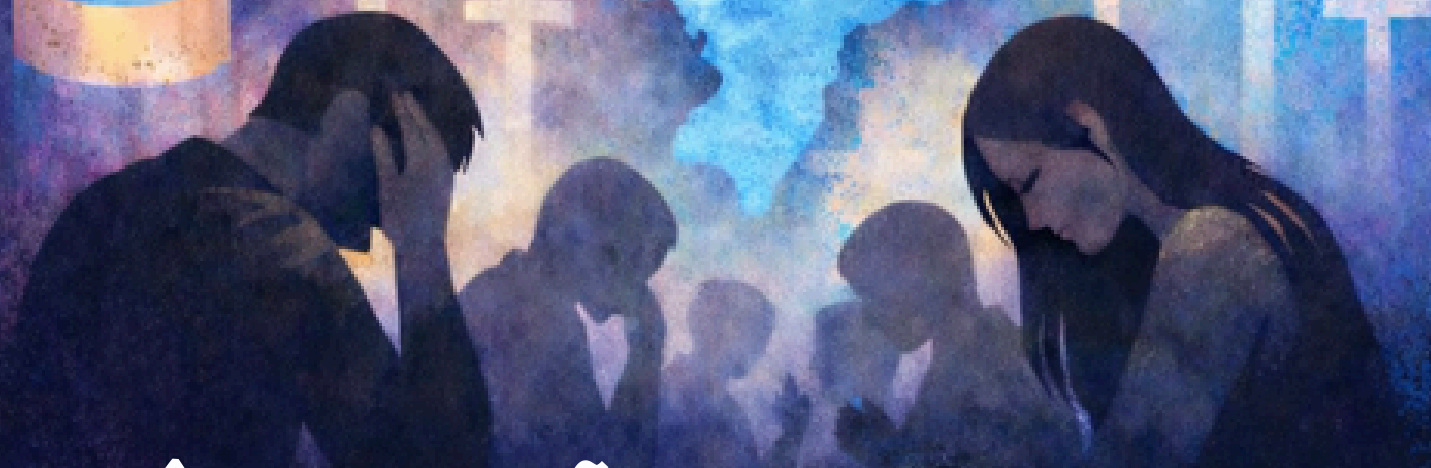
Ausência de Dados Oficiais: grande parte desses números advém de monitoramento independente, pois o Estado muitas vezes ignora a identidade de gênero no boletim de ocorrência. Temos também desde 2018 a possibilidade de retificação de prenome e gênero nos assentos dos cartórios de registro civil de todo país, levando estas mortes violentas serem registradas como pessoas cisgêneras, uma vez que nem os Institutos Médicos Legais (IML) e nem as Delegacias, muitas vezes, não registram a identidade de gênero durante suas anotações e boletins de ocorrências.

A redução para 91 casos em 2025 é o menor índice em dez anos, o que pode indicar uma eficácia maior de políticas públicas de proteção ou uma rede de apoio comunitário mais fortalecida. No entanto, o número ainda é inaceitável em uma democracia.

— 10 ANOS DE MONITORAMENTO —
REDE TRANS BRASIL

1272

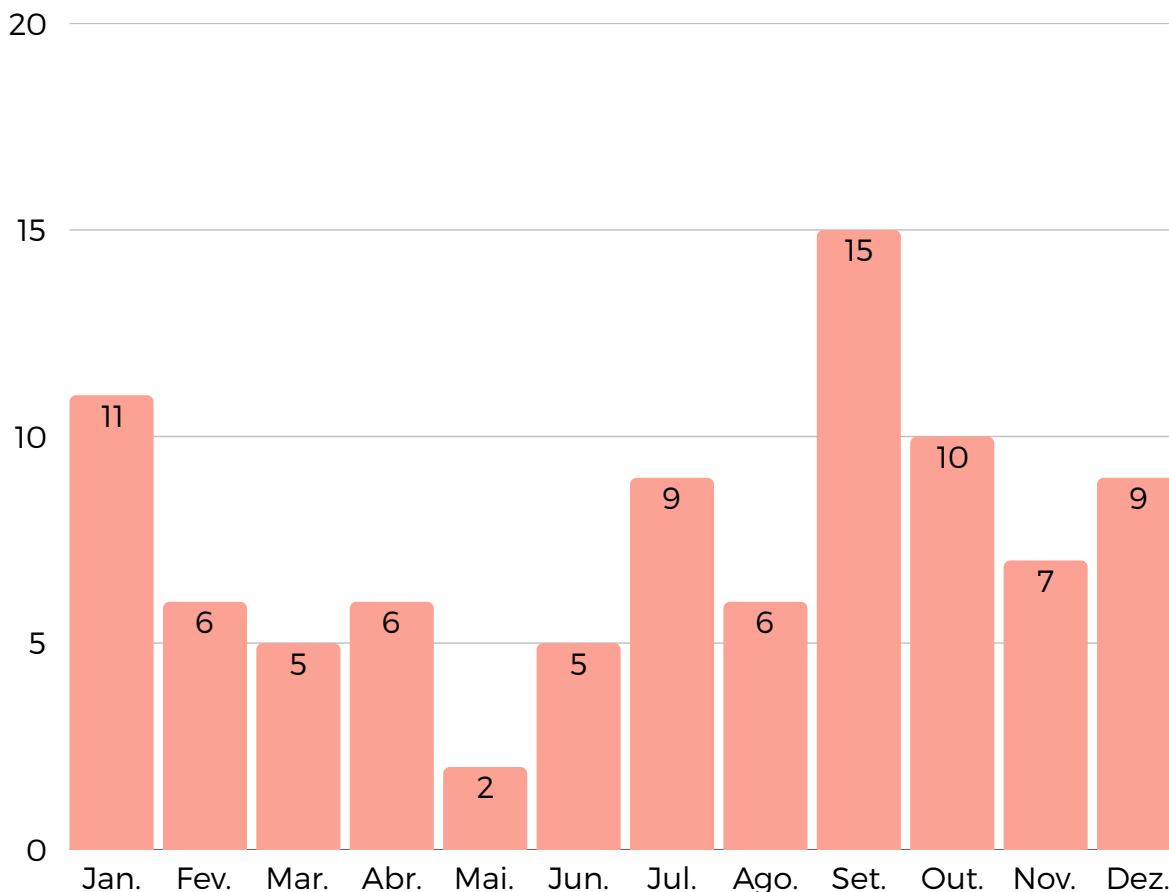
MORTES DE PESSOAS TRANS NO BRASIL



VIOLÊNCIA QUE NÃO PODE SER ESQUECIDA.

A seguir apresentamos os dados monitorados no ano de 2025, com alguns recortes, começando pelo número total de mortes, separados mensalmente:

Gráfico 3 - Mortes por mês

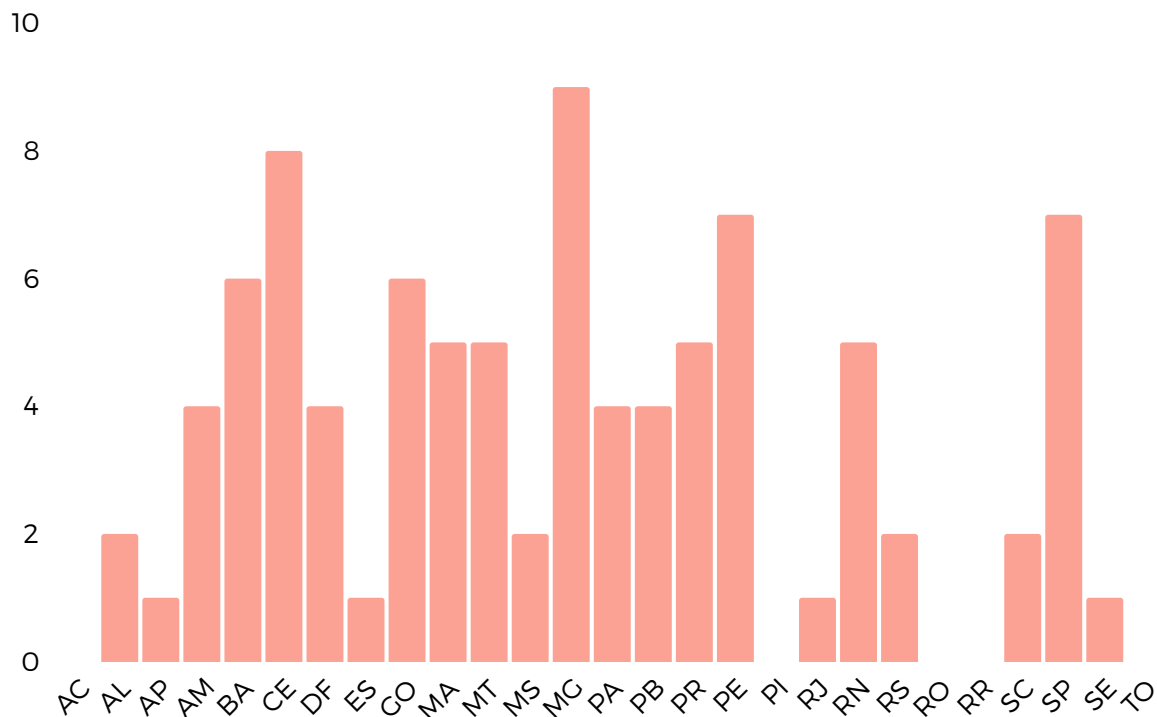


Fonte: Sayonara Nogueira, 2026.

Para entender o fluxo da violência, pode-se dividir o ano em três partes:

- **1º Quadrimestre (Jan-Abr):** 28 casos (Média de 7 por mês) — Início de ano instável.
- **2º Quadrimestre (Mai-Ago):** 22 casos (Média de 5,5 por mês) — Período de relativa queda.
- **3º Quadrimestre (Set-Dez):** 41 casos (Média de 10,2 por mês) — O período mais perigoso. Quase 45% dos assassinatos do ano ocorreram nos últimos quatro meses.

Gráfico 4 - Mortes por Estado em 2025



Fonte: Sayonara Nogueira, 2026.

Em números absolutos, Minas Gerais foi o estado com mais registros de mortes em relação à população trans no ano de 2025, com 09 registros. Em segundo lugar, o estado do Ceará, com 08 casos. Em terceiro lugar, temos São Paulo e Pernambuco, com 07 notificações. Historicamente, São Paulo e Ceará costumam alternar no topo desse ranking negativo, mas a ascensão de Minas Gerais ao primeiro lugar merece uma análise detalhada sobre os fatores regionais e institucionais.

O fato de Minas Gerais liderar o ranking com 09 mortes acende um alerta para o interior do país.

- **Migração do Crime:** A violência muitas vezes migra para estados onde as redes de proteção e a fiscalização são percebidas como menos estruturadas do que em capitais como São Paulo.
- **Perfil das Vítimas:** Em Minas, os registros costumam estar pulverizados entre a Região Metropolitana de Belo Horizonte e polos regionais (Triângulo Mineiro e Zona da Mata), dificultando ações de proteção centralizadas.
- **Minas Gerais (09):** Pela primeira vez em anos, assume o topo, o que pode indicar tanto um aumento real da violência quanto uma melhora nos mecanismos de notificação e denúncia no estado.

A proximidade dos números (9, 8 e 7) mostra que a letalidade está distribuída de forma quase equânime entre os três maiores eixos de violência. Isso reforça a necessidade de uma Política Nacional de Segurança Pública, para que as ações não fiquem restritas a iniciativas estaduais isoladas.

EVOLUÇÃO DO *RANKING* DE MORTES DE PESSOAS TRANS POR ESTADO NOS ÚLTIMOS 10 ANOS

ANOS	1º LUGAR	2º LUGAR	3º LUGAR
2016	SP	RJ	RS
2017	SP	MG	BA
2018	SP	RJ – CE – BA	PE
2019	SP	CE	AM – BA – MG – PR – ES– RJ –RS
2020	SP	CE	MG
2021	SP	RJ – PE – CE	BA
2022	CE	PE	BA – SP – RJ – MG
2023	SP	RJ	CE
2024	SP	MG	CE
2025	MG	CE	SP – PE

A tabela apresentada traz um levantamento alarmante sobre a Evolução do Ranking de Mortes de Pessoas Trans por Estados entre os anos de 2016 e 2025. Os dados refletem a persistência da violência contra essa população, com alguns estados alternando no topo dessa triste estatística.

1. A Hegemonia de São Paulo (SP)

São Paulo aparece como o estado com o maior número absoluto de mortes em 8 dos 10 anos listados (de 2016 a 2021, e novamente em 2023 e 2024). Embora São Paulo seja o estado mais populoso, o que impacta os números absolutos, sua presença constante no 1º lugar reforça a necessidade de políticas públicas específicas na região.

2. A Ascensão do Ceará (CE) e do Nordeste

A tabela mostra um movimento migratório da violência para o Nordeste, com destaque para o Ceará. Em 2019 e 2020, o CE consolidou-se no 2º lugar. Em 2022, o Ceará ultrapassou São Paulo e assumiu o 1º lugar no ranking. Pernambuco (PE) e Bahia (BA) também aparecem frequentemente no "top 3", evidenciando uma crise de segurança para pessoas trans na região nordestina durante esse período.

3. Mudança Recente em 2025: Minas Gerais (MG)

O dado mais recente da tabela (2025) aponta uma mudança significativa: Minas Gerais aparece em 1º lugar. O Ceará permanece em 2º, São Paulo cai para a 3ª posição juntamente com Pernambuco. Isso sugere um aumento crítico da violência em território mineiro, que já vinha dando sinais de crescimento nos anos anteriores (aparecendo em 2º lugar em 2017 e 2024).

4. Anos de Alta Dispersão (2018, 2019 e 2022)

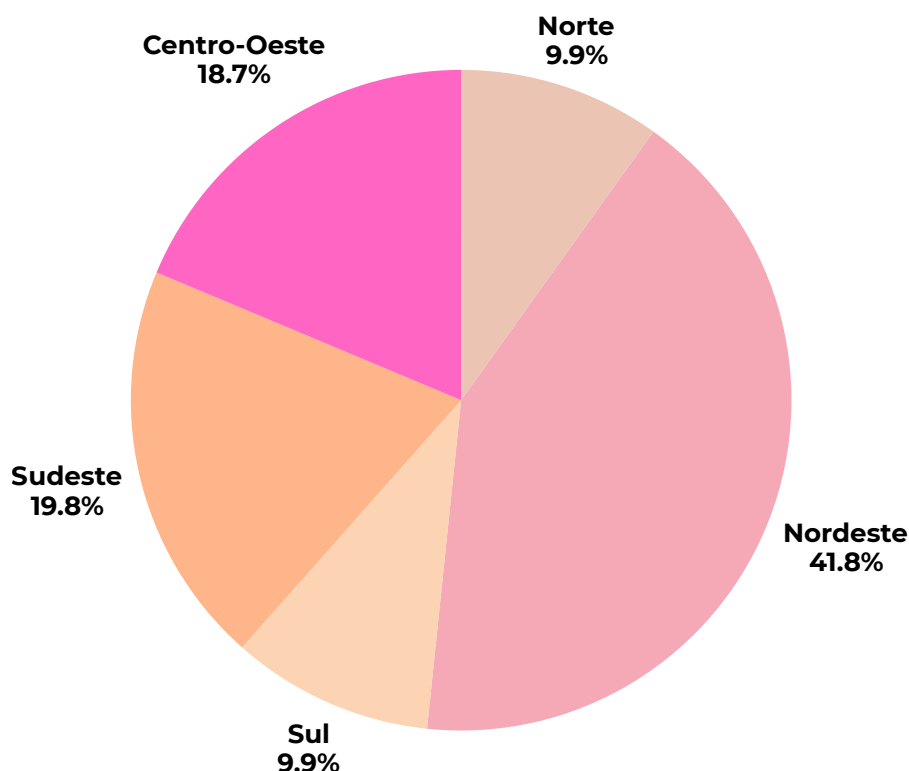
Em alguns anos, houve empates técnicos ou muitos estados dividindo as mesmas posições:

2019: O 3º lugar foi compartilhado por 7 estados (AM, BA, MG, PR, ES, RJ, RS), o que indica que a violência se espalhou de forma preocupante por quase todas as regiões do país naquele ano.

2022: Houve um empate quádruplo no 3º lugar (BA, SP, RJ, MG), mostrando que os índices de letalidade estavam muito próximos nos grandes centros.

Essa tabela é um instrumento fundamental para o monitoramento da transfobia estrutural no Brasil, permitindo que a Rede Trans Brasil e outros órgãos foquem suas ações de advocacy e proteção nos estados mais vulneráveis.

Gráfico 5 - Homicídios por Região em 2026



Fonte: Sayonara Nogueira, 2026.

Com base nos dados fornecidos na imagem e nos registros recentes dos nossos Dossiês de violência, a análise do gráfico de assassinatos de pessoas trans por regiões brasileiras revela um cenário de profunda desigualdade regional e violência estrutural:

1. Nordeste: O Epicentro da Violência (41,8%)

A região Nordeste concentra o maior índice de assassinatos, com quase metade dos casos do país (41,8%).

- **Liderança Histórica:** Historicamente, o Nordeste lidera o ranking regional de violência letal contra essa população.
- **Estados Críticos:** O Ceará (CE) é frequentemente citado como o estado mais violento da região, tendo ocupado inclusive o 1º lugar no ranking nacional em 2022, conforme a sua tabela anterior.

2. Sudeste: Alta Densidade de Casos (19,8%)

Embora apresente um percentual menor que o Nordeste neste gráfico específico (19,8%), o Sudeste é frequentemente a segunda região mais violenta em números absolutos.

- Concentração em SP e MG: O estado de São Paulo (SP) liderou o ranking nacional em 8 dos últimos 10 anos. Recentemente, Minas Gerais (MG) também tem apresentado números alarmantes, alcançando o topo da lista em 2025.

3. Centro-Oeste (18,7%)

A região Centro-Oeste aparece com 18,7%, um número significativo considerando sua menor densidade populacional em comparação ao Sudeste e Nordeste.

- Mato Grosso: O estado costuma registrar índices elevados de violência transfóbica dentro desta região.

4. Norte (9,9%) e Sul (9,9%)

As regiões Norte e Sul apresentam os menores percentuais do gráfico, com 9,9% e 9,9%, respectivamente.

- Subnotificação: Especialistas alertam que percentuais menores em regiões como o Norte podem estar relacionados à maior dificuldade de monitoramento e subnotificação oficial de crimes contra pessoas trans em áreas remotas.

Este gráfico reforça a urgência de políticas públicas descentralizadas que considerem as especificidades de cada região, especialmente no Eixo Nordeste, onde a vulnerabilidade é extrema. Para reduzir os índices alarmantes de violência no Nordeste e garantir o Direito à Cidade, a Rede Trans Brasil propõem um conjunto de recomendações urgentes que buscam atacar a raiz do problema que é a invisibilidade institucional e a exclusão social.

VÍTIMAS POR MUNICÍPIOS

Abreu e Lima - PE
Água Preta - PE
Ananindeua - PA
Anápolis - GO
Aparecida de Goiânia - GO
Aracaju - SE
Arame - MA
Bayeux - PB
Belo Horizonte - MG
Belo Jardim - PE
Betim - MG
Brasília - DF
Brejo da Madre de Deus - PE
Campo Grande - MS
Campo Novo do Parecis - MT
Capão da Canoa - RS
Cariacica - ES
Cidade de Goiás - GO
Curitiba - PR
Currais Novos - RN
Cutias do Araguaçu - AP
Extremoz - RN
Fortaleza - CE
Foz do Iguaçu - PR
Franco da Rocha - SP
Frutal - MG
Grajaú - MA
Goiânia - GO
Groaíras - CE
Guarujá - SP
Ibiaçá - RS
Ilha Solteira - SP
Itapajé - CE
Jacundá - PA
Jeremoabo - BA
João Câmara - RN
João Pessoa - PB
Juazeiro do Norte - CE
Lages - SC

Luís Eduardo Magalhães - BA
Maceió - AL
Manaus - AM
Marituba - PA
Mogi das Cruzes - MG
Mossoró - RN
Natal - RN
Nova Mutum - MT
Novo Gama - GO
Nova Russas - CE
Pará de Minas - MG
Parauapebas - PA
Pauini - AM
Primavera - PE
Recife - PE
Rio de Janeiro - RJ
Rio Verde - GO
Salvador - BA
Santana do Acaraú - CE
Santo Estevão - BA
São José do Rio Preto - SP
São Lourenço da Mata - PE
São Luís - MA
Sapezal - MT
Sobral - CE
Tangará da Serra - MT
Uberaba - MG
Várzea Grande - MT



Durante o monitoramento de 2025 foram localizadas duas vítimas em dois países: Suíça e Romênia. A migração de pessoas trans brasileiras para o exterior é um fenômeno complexo, frequentemente motivado pela busca de sobrevivência física, dignidade e melhores condições de vida. No contexto dos Dossiês da Rede Trans Brasil, esse movimento é visto como um "exílio forçado" pela transfobia estrutural.

Os principais aspectos desse fluxo migratório são:

1. Causas da Migração: O Brasil como "País Expulsor"

Diferente da migração econômica tradicional, a migração de pessoas trans é impulsionada por fatores de risco extremo:

- **Violência Letal:** o Brasil lidera o ranking mundial de assassinatos de pessoas trans há mais de uma década. Migrar torna-se uma estratégia de preservação da vida.
- **Exclusão do Mercado de Trabalho:** majoritariamente pessoas trans (especialmente mulheres) são empurradas para a prostituição por falta de oportunidades, a migração para a Europa é vista como uma forma de exercer o trabalho sexual com maior segurança ou acessar outros mercados.

2. Principais Destinos

Historicamente, os fluxos migratórios de pessoas trans brasileiras concentram-se em países europeus. Os destinos mais tradicionais são a Itália, Espanha, França e Portugal.

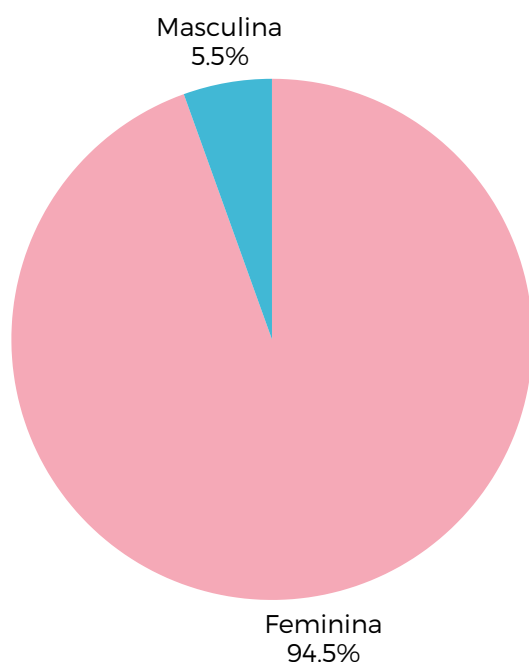
Embora o Brasil seja um país democrático "no papel", a falha do Estado em proteger essa população leva a inúmeras pessoas trans migrarem, pois muitas vezes é a única saída para quem teve o Direito à Cidade negado em seu próprio país de origem.

Ao chegar no destino, a pessoa trans frequentemente enfrenta novas camadas de opressão: xenofobia, exploração sexual, precarização, linguagem, cultura e o tráfico de pessoas.

PERFIL DAS VÍTIMAS

Iniciamos a análise do perfil das vítimas a partir de sua identidade de gênero, uma vez que ao conhecer o perfil é possível demonstrar as vulnerabilidades, denunciando ao mesmo tempo, a falta de políticas públicas em relação as pessoas travestis, trans e de gênero diverso.

Gráfico 6 - Identidade de Gênero das vítimas em 2025



Fonte: Sayonara Nogueira, 2026.

Em 2024, tivemos 93,3% das vítimas mulheres trans/travestis e 6,7% de homens trans. Já em 2025 a taxa de homens trans reduziu para 5,5% e a de travestis e/ou mulheres trans subiu para 94,5%. Percebe-se, portanto, que estes assassinatos trazem a perspectiva de gênero, como fator categórico, para as suas ocorrências.

O cenário de violência enfrentado por travestis e mulheres trans no país deriva de raízes coloniais que consolidaram o patriarcado e o machismo. Sob essa lógica, a agressividade torna-se uma ferramenta de controle de gênero, direcionada especificamente àquelas que rompem com as expectativas da binaridade tradicional.

A análise dos dados coletados pela Rede Trans Brasil nos últimos 10 anos revela um perfil de identidade de gênero extremamente específico e vulnerável. Entre 2016 a 2025 temos:

1. Prevalência de Mulheres Trans e Travestis

A identidade de gênero feminina é a mais atingida pela violência letal no Brasil.

- Percentual: em média, 93% a 97% das vítimas registradas anualmente são mulheres trans e travestis.
- O "Padrão" da Vítima: o perfil majoritário são mulheres trans/travestis negras, empobrecidas, profissionais do sexo e residentes em periferias.
- Crueldade: os crimes contra essas identidades frequentemente envolvem "requisitos de crueldade" (uso de armas brancas, tortura e desfiguração/mutilações), o que especialistas apontam como uma tentativa de "aniquilar" o corpo que subverte a masculinidade colonial.

2. Homens Trans e Transmasculinidades

Embora em número significativamente menor nos registros de assassinatos, a presença dessa identidade tem se tornado mais visível nos dossiês recentes.

- Dados: representam geralmente entre 3% e 7% das vítimas letais.
- Natureza da Violência: Enquanto mulheres trans sofrem mais violência pública e urbana, homens trans aparecem em casos de violência doméstica, "estupro corretivo" ou violência institucional, muitas vezes, invisibilizados por subnotificações (registrados pelo nome de batismo/sexo biológico).

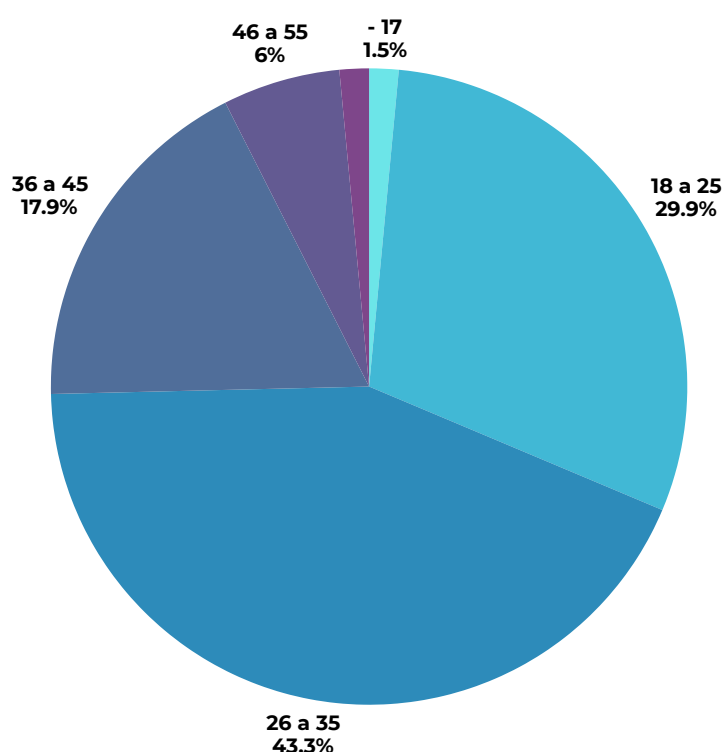
3. Pessoas Não-Binárias

A identidade não-binária é a que possui o menor índice de registros formais nos Dossiês, mas isso não indica ausência de violência.

- Invisibilidade: O registro é raro (frequentemente 0 ou 1 caso por ano), em grande parte porque as autoridades policiais e a mídia raramente reconhecem a não-binariedade no momento do óbito, classificando a vítima pelo sexo designado ao nascer.

Ao analisar a idade das vítimas é preciso ressaltar que a expectativa de vida de apenas 35 anos frequentemente divulgada para travestis e pessoas trans é uma falácia que deve ser desconstruída. Esse dado, além de alarmante, perpetua um ciclo de negatividade e fatalismo que impacta diretamente a forma como a sociedade enxerga essa população. Ao discutir essas questões é fundamental considerar a responsabilidade social e a ética em nossas abordagens. Não se deve precarizar os corpos das pessoas trans com previsões negativas e estigmatizantes (NOGUEIRA, 2024) [3].

Gráfico 7 - Idade das vítimas



Fonte: Sayonara Nogueira, 2026.

O gráfico acima detalha a distribuição etária das vítimas trans assassinadas, revelando que a violência letal concentra-se de forma alarmante na juventude:

3 NOGUEIRA, S. N. B. Envelhecimento, dados oficiosos e narrativas sociais sobre vidas trans. In.: Secretaria Municipal de Assistência Social, Segurança Alimentar e Cidadania (SMASAC). **Saúde Integral LGBTQIA+**: contribuições do I Congresso Municipal de Saúde Integral LGBTQIA+ de Belo Horizonte. São Paulo: Editora Dialética, 2024. 256 p

1. Faixas Etárias de Maior Risco

- 26 a 35 anos: É a faixa com o maior índice de letalidade, concentrando 43,3% das vítimas.
- 18 a 25 anos: Representa o segundo grupo mais atingido, com 29,9% dos casos.

Somadas, essas duas faixas indicam que 73,2% dos assassinatos ocorrem com pessoas entre 18 e 35 anos, corroborando dados de Dossiês recentes que apontam a **expectativa de morte** da população trans no Brasil em torno dos 35 anos.

2. Violência Precoce e Maturidade

- Crianças e Adolescentes (-17 anos): Representam 1,5% das vítimas. Embora o percentual pareça baixo, relatórios indicam casos extremos de violência contra adolescentes de até 13 e 15 anos, evidenciando uma vulnerabilidade que começa muito cedo.
- 36 a 45 anos: Esta faixa abrange 17,9% das vítimas.
- 46 a 55 anos: Representa 6% do total, demonstrando que, embora o risco diminua estatisticamente com o avançar da idade, a violência ainda persiste na maturidade.
- +56 anos: Esta faixa alcançou o índice de 1,5%, demonstrando que quando ocorre uma morte nessa idade, há uma chance maior de subnotificação, onde a identidade de gênero da vítima não é respeitada pelas autoridades ou pela família.

A análise dos dados de 2025 reforça que a violência não atinge a população trans de forma aleatória, pois cerca de 75% das vítimas tinham menos de 40 anos, o que expõe a precocidade do ciclo de violência no país, demonstrando que o Estado brasileiro falha em proteger cidadãs e cidadãos em seu período de maior potencial produtivo e social.

Destaca-se também que durante a coleta de dados, 22 casos registrados não traziam a idade da vítima que representam uma lacuna de dados que, se preenchida, poderia alterar levemente os percentuais das faixas etárias, mas dificilmente mudaria o padrão de concentração na juventude.

Esse número evidencia que em muitos registros, a vítima é tão marginalizada que nem sequer dados básicos como a idade são apurados ou divulgados.

Falar que a expectativa de vida de uma pessoa trans é de 35 anos é tecnicamente impreciso do ponto de vista demográfico. O termo correto para descrever esse número seria **média de vida das vítimas de assassinato ou estimativa de longevidade sob condições de vulnerabilidade**, e não a "expectativa de vida" oficial da população trans como um todo.

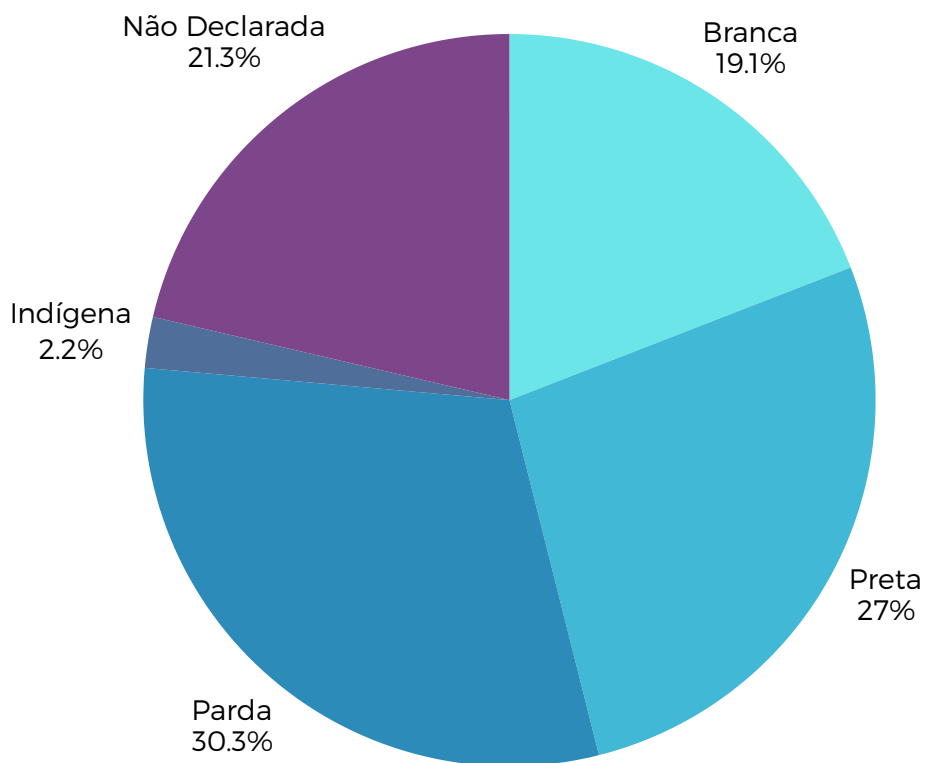
A "expectativa de vida" é um cálculo demográfico complexo feito pelo IBGE que projeta quantos anos uma pessoa deve viver ao nascer, considerando saúde, saneamento e segurança. **O número "35 anos" é, na verdade, uma média da idade em que as pessoas trans são assassinadas no Brasil.**

Como o Estado não inclui o campo "identidade de gênero" no Censo ou em muitos registros de saúde, não existe um cálculo oficial e científico que cubra toda a população trans brasileira. Focar apenas nos 35 anos pode apagar a existência de pessoas trans que conseguem envelhecer.



Foi a partir de 1991 que o IBGE incluiu as categorias branca, parda, preta, amarela e indígena na sua classificação racial e a metodologia adotada é a autodeclaração. De todos os casos levantados, 19 não trouxeram no bojo da reportagem o marcador raça/etnia.

Gráfico 8 - Raça/Etnia das Vítimas Assassinadas



Fonte: Sayonara Nogueira, 2026.

A análise dos dados de raça e etnia do Dossiê revela que a violência contra pessoas trans no Brasil é profundamente atravessada pelo racismo estrutural, atingindo desproporcionalmente a população negra. A soma das vítimas pretas e pardas demonstra que a maior parte das pessoas assassinadas pertence à população negra:

- Pardas: Representam a maior fatia das vítimas identificadas, com 30,3%.
- Pretas: Correspondem a 27% dos casos registrados.
- Total da População Negra: Juntos, esses grupos somam 57,3% das vítimas. Esse dado confirma que a questão racial é um fator determinante na exposição à violência letal no país.

Um percentual significativo de 21,3% das vítimas não teve sua raça ou etnia registrada. Isso reforça a importância do trabalho da Rede Trans Brasil em denunciar a subnotificação institucional. Vítimas brancas representam 19,1% do total e indígenas representam 2,2% das vítimas, evidenciando uma vulnerabilidade específica que muitas vezes é invisibilizada nos debates gerais sobre segurança pública.

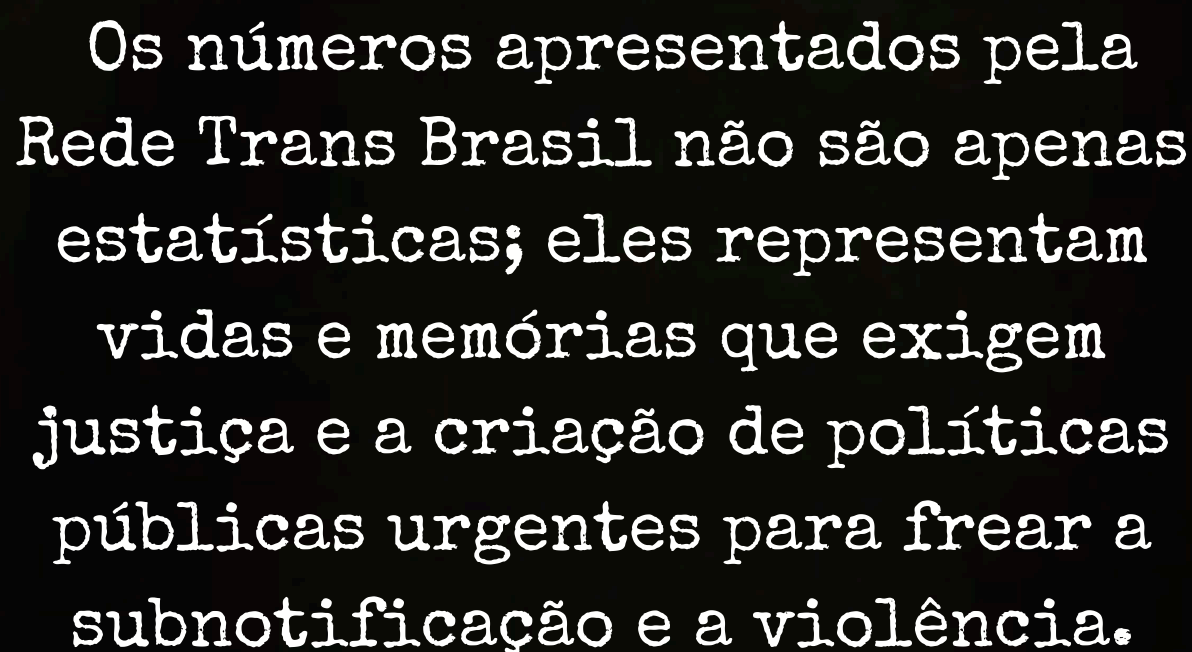
Neste contexto ainda temos que falar sobre a população indígena trans, já que há uma lacuna neste debate no país. Rosa et al. (2018) destacam que ao se observar o processo de violência contra os povos indígenas, percebe-se a permanência de características históricas, como as causadas pelas disputas por territórios no contexto da colonialidade [4].

Ao cruzar esses dados com os outros gráficos analisados, percebe-se que o alvo principal da violência no Brasil é a mulher trans ou travesti, negra e jovem. Essa convergência de opressões (transfobia, racismo e classe) apontam como a base das exclusões que levam ao extermínio precoce desses corpos. Como ressalta o material da Rede Trans Brasil, esses números não são apenas estatísticas; eles representam vidas e memórias que exigem justiça e a criação de políticas públicas urgentes para frear a subnotificação e a violência.

A análise histórica dos Dossiês evidencia que o racismo estrutural é um componente indissociável da violência transfóbica no Brasil. Entre 2016 e 2022, a população negra (pretas e pardas) representou 70% das vítimas, índice que atingiu seu ápice em 2023, com 77,2%. Embora os dados mais recentes mostrem uma variação para 62,5% em 2024 e 56,8% em 2025, a hegemonia de corpos negros entre os assassinados permanece como uma marca constante da herança colonial no país.

A permanência da maioria negra entre os assassinados, mesmo com oscilações anuais, é o que denominamos de "marca da herança colonial", onde corpos que rompem com a cisheteronormatividade e a branquitude são os mais desumanizados e expostos ao risco.

4 ROSA, J. C. S. et al. Violência contra povos indígenas. In. POLIDORO, M.; CANAVESE, D. **Situação da violência contra as populações negra, LGBT, indígena e em situação de rua no Sistema Único de Saúde do Rio Grande do Sul, Brasil** - panorama situacional do Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN) de 2014 a 2017. Porto Alegre: UFRGS, 2018.



Os números apresentados pela Rede Trans Brasil não são apenas estatísticas; eles representam vidas e memórias que exigem justiça e a criação de políticas públicas urgentes para frear a subnotificação e a violência.

Gráfico 9 - Escala de assassinatos por raça/etnia nos últimos 10 anos

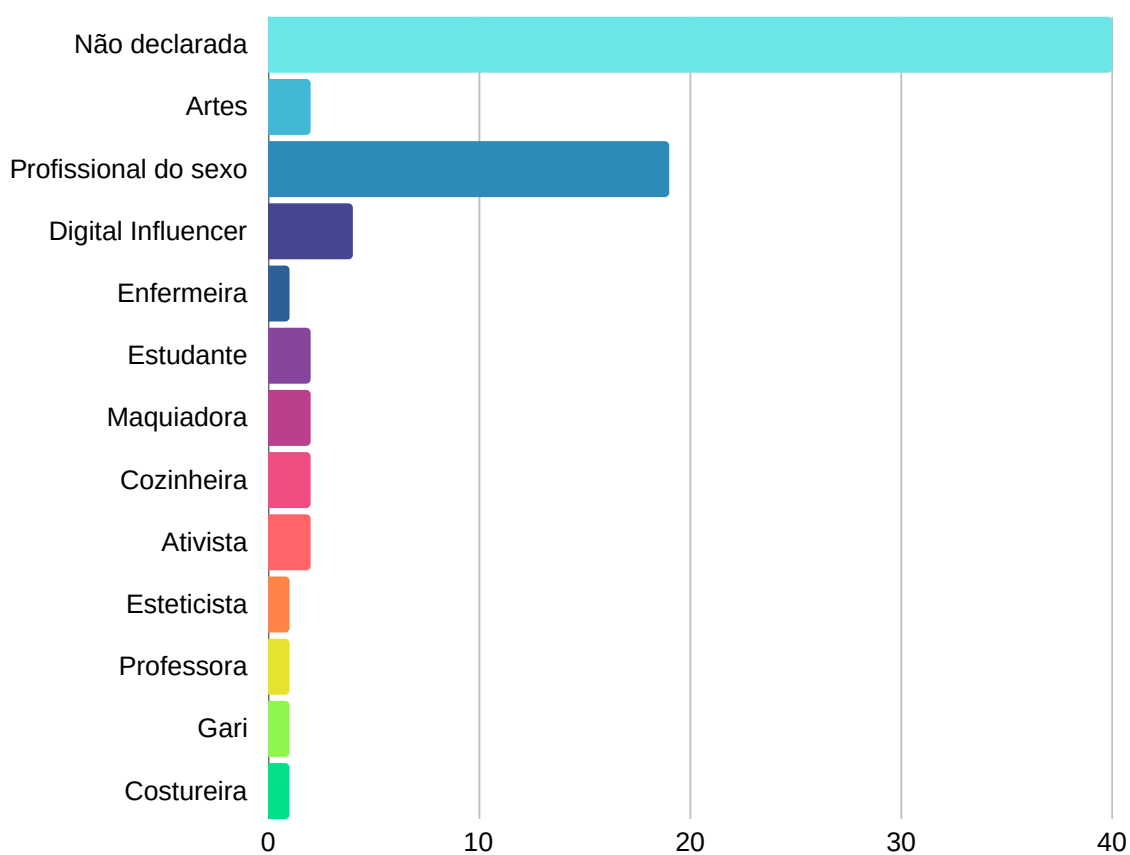


Fonte: Sayonara Nogueira, 2026.

Mesmo com oscilações anuais, o gráfico evidencia que cerca de dois terços das vítimas de violência transfóbica no Brasil são pessoas negras, confirmando que o racismo estrutural permanece como eixo central dessa violência.

Cerqueira et al. (2021) destaca que é urgente se atentar que a violência étnico-racial guarda complexidades interpretativas e não responde apenas à ideia da violência física. Pode-se acrescentar nesse espectro de violência ampliada, os casos de abusos de poder, formas sistemáticas ou não de assédio, criminalização de lideranças e movimentos sociais indígenas, ameaças, violências sexuais etc. O não reconhecimento das diferenças culturais e as desigualdades sociais, assim como o sofrimento que elas causam, são produzidas e sustentadas primeiramente por violências simbólicas e, secundariamente, por violência física. Há, nesse sentido, discriminações (raciais, de gênero, a exemplo) que se articulam e se sobrepõem às camadas multidimensionais de violências (simbólicas, físicas) [5].

Gráfico 10 - Ocupação das vítimas



Fonte: Sayonara Nogueira, 2026.

A análise do gráfico de ocupações das vítimas assassinadas em 2025 revela um cenário de profunda exclusão socioeconômica e marginalização profissional, evidenciando como a falta de oportunidades empurra essa população para contextos de maior risco.

A categoria **não declarada** é a com maior índice de registros, atingindo 40 casos. A ausência de informação sobre a ocupação reflete o apagamento institucional e o descaso das autoridades na apuração completa dos perfis das vítimas.

A categoria profissional do sexo representa a segunda maior categoria, com 19 casos registrados. Historicamente, a prostituição é um dos únicos meios de subsistência para travestis e mulheres trans devido à exclusão familiar e escolar, expondo-as diretamente à violência urbana e ao crime de ódio.

Percebe-se uma vulnerabilidade geográfica, pois ao ocuparem a rua para o trabalho sexual, essas mulheres ficam expostas à lógica de "território hostil" mencionada no início de nossa conversa, onde a ausência de segurança pública e a estigmatização as tornam alvos vulneráveis. Esse cenário é agravado pela questão racial, já que a maioria dessas profissionais na linha de frente da violência é preta ou parda.

Registrar esses números é um ato de memória e um chamado à justiça. O fato de a maioria das vítimas serem profissionais do sexo é o maior indicador de que a cidadania trans no Brasil ainda é uma promessa não cumprida.

Embora o gráfico apresente uma variedade de profissões, os números em cada uma são significativamente menores, sugerindo que a violência atinge pessoas trans independentemente de sua inserção no mercado, embora em escalas diferentes.

Entre as vítimas foram localizadas ainda 02 (duas) em privação de liberdade e 06 (seis) em situação de rua, demonstrando que a transfobia se manifesta com maior letalidade onde a cidadania é mais fragilizada.

A ocorrência de assassinatos de pessoas trans dentro do sistema prisional revela uma falha crítica do Estado no seu dever de proteção. O Estado detém a custódia desses indivíduos e é juridicamente responsável por sua integridade física. Mortes em privação de liberdade frequentemente ocorrem devido à falta de alas específicas para pessoas trans ou pela exposição deliberada a situações de risco dentro das unidades masculinas. Casos em presídios costumam sofrer maior apagamento, onde a identidade de gênero pode ser ignorada nos registros oficiais da Secretaria de Administração Penitenciária.

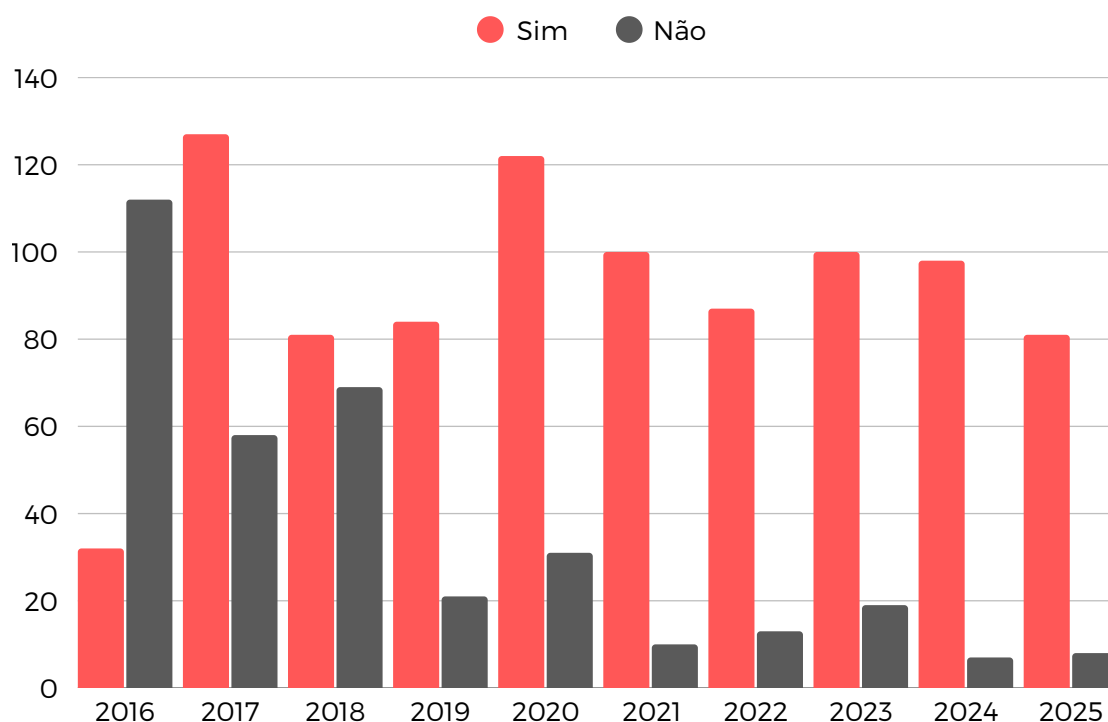
Em relação às pessoas em situação de rua, este dado reflete a face mais visível da exclusão social e econômica. Muitas vezes, a situação de rua é a consequência direta da expulsão de casa ainda na juventude, o que obriga essas pessoas a ocuparem espaços públicos sem qualquer rede de proteção. Estar na rua coloca essas vítimas em contato direto com a "hostilidade urbana" citada em análises anteriores, tornando-as alvos fáceis para crimes de ódio e agressões gratuitas.

MODUS OPERANDI

IDENTIDADE DE GÊNERO DA VÍTIMA NA MÍDIA

Quanto à divulgação da identidade de gênero da vítima na mídia, em 2021 dos casos denunciados, apenas 07 (sete) matérias foram desrespeitosas ao divulgar o nome do registro, utilizando o pronome de tratamento com ênfase no sexo biológico. No ano de 2017, com o lançamento do primeiro Dossiê com dados coletados em 2016, a Rede Trans Brasil denunciou a falta de respeito à identidade de gênero no jornalismo em todo o país.

Gráfico 11 - Identidade de gênero da vítima na mídia



Fonte: Sayonara Nogueira, 2026.

Este gráfico apresenta uma evolução histórica fundamental sobre como a imprensa brasileira lida com a identidade de gênero de pessoas trans e travestis vítimas de violência. Esse contexto faz parte do monitoramento anual realizado pela Rede Trans Brasil.

O gráfico mostra que, em 2016, ano em que a Rede Trans Brasil consolidou seu trabalho de monitoramento nacional, o cenário era de quase total desrespeito. A barra cinza ("Não") é dominante, revelando que a imprensa brasileira tratava pessoas trans quase exclusivamente pelo nome de registro e no gênero errado. De 2017 a 2020 temos uma inversão de paradigma:

- 2017: este é o ano da grande virada nos dados da Rede Trans Brasil. O número de vezes em que a identidade foi respeitada ("Sim") explode, superando o desrespeito.
- Ações de Incidência: a Rede Trans Brasil atua diretamente denunciando casos de transfobia na mídia. O aumento da barra vermelha reflete o sucesso dessas ações e a maior conscientização dos jornalistas sobre o uso do nome social.
- 2020: o pico em 2020 mostra um ano de muita visibilidade, mas também de muitos registros de violência, onde o respeito à identidade se tornou a regra majoritária.

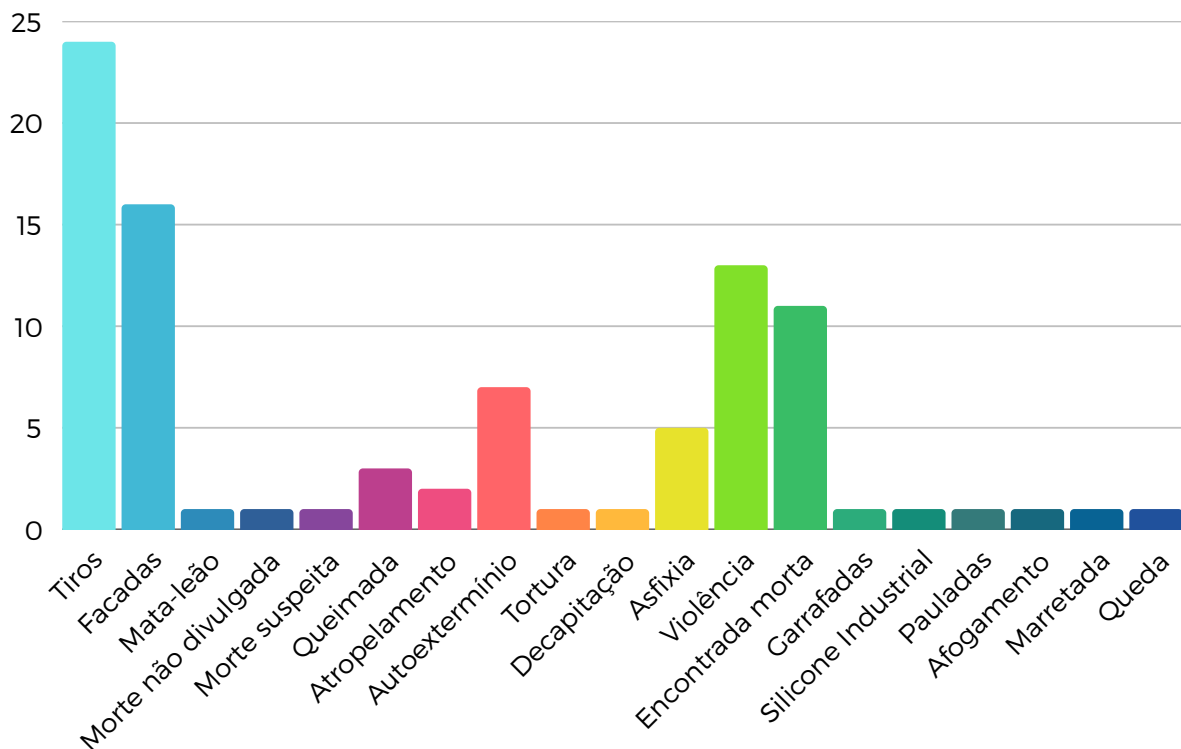
A partir de 2021, nota-se que a barra cinza ("Não") torna-se residual. Em 2024 e 2025, o desrespeito pela imprensa é mínimo.

Garantir que a imprensa use o nome e gênero corretos é uma forma de garantir a dignidade póstuma da vítima, evitando que ela sofra uma nova violência institucional após a morte.

O gráfico é um indicativo de que a batalha narrativa dentro das redações foi, em grande parte, vencida. Embora o número de mortes ainda seja preocupante, o fato de a imprensa agora "enxergar" a identidade das vítimas é fruto direto da pressão política e do trabalho técnico da Rede Trans Brasil ao longo dessa década.

O respeito à identidade de gênero na imprensa é um passo significativo rumo à promoção da dignidade e dos direitos humanos. Ao abordar questões de gênero com precisão e sensibilidade, os meios de comunicação desempenham um papel crucial na construção de uma sociedade mais inclusiva e respeitosa. É essencial que jornalistas e redatores utilizem pronomes e nomenclaturas corretas, respeitando como as pessoas se identificam, o que contribui para a visibilidade e a aceitação das diversas identidades.

Gráfico 12 - Causa da Morte



Fonte: Sayonara Nogueira, 2026.

O gráfico acima revela um cenário de extrema violência e crueldade, característico dos crimes de ódio contra a população trans e travesti.

Predomínio da Violência Direta: As causas com maior incidência são Tiros (24 casos) e Facadas (16 casos). Estes métodos indicam um confronto direto e a intenção clara de execução.

Crueldade e Requisites de Perversidade: A presença de causas como Queimada, Tortura, Decapitação e Pauladas demonstra que o assassinato de pessoas trans frequentemente ultrapassa o ato de tirar a vida, envolvendo o desejo de desumanizar e infligir sofrimento extremo ao corpo da vítima.

O dado "Encontrada morta" (11 casos) é significativo; reflete a precariedade em que a maioria desses crimes ocorrem, em locais ermos ou de difícil acesso, dificultando a perícia e a identificação imediata da causa exata da morte, além de evidenciar o total desamparo social.

Em relação ao autoextermínio, este dado é um alerta crítico para a saúde mental. O autoextermínio nesta população não pode ser lido apenas como uma questão individual, mas como um "suicídio social", fruto da exclusão familiar, falta de oportunidades de emprego e o constante estigma que leva ao adoecimento psíquico.

O registro de morte por Silicone Industrial aponta para a vulnerabilidade institucional. A falta de acesso a procedimentos de transição seguros e gratuitos pelo SUS empurra muitas travestis e mulheres trans para procedimentos clandestinos e perigosos.

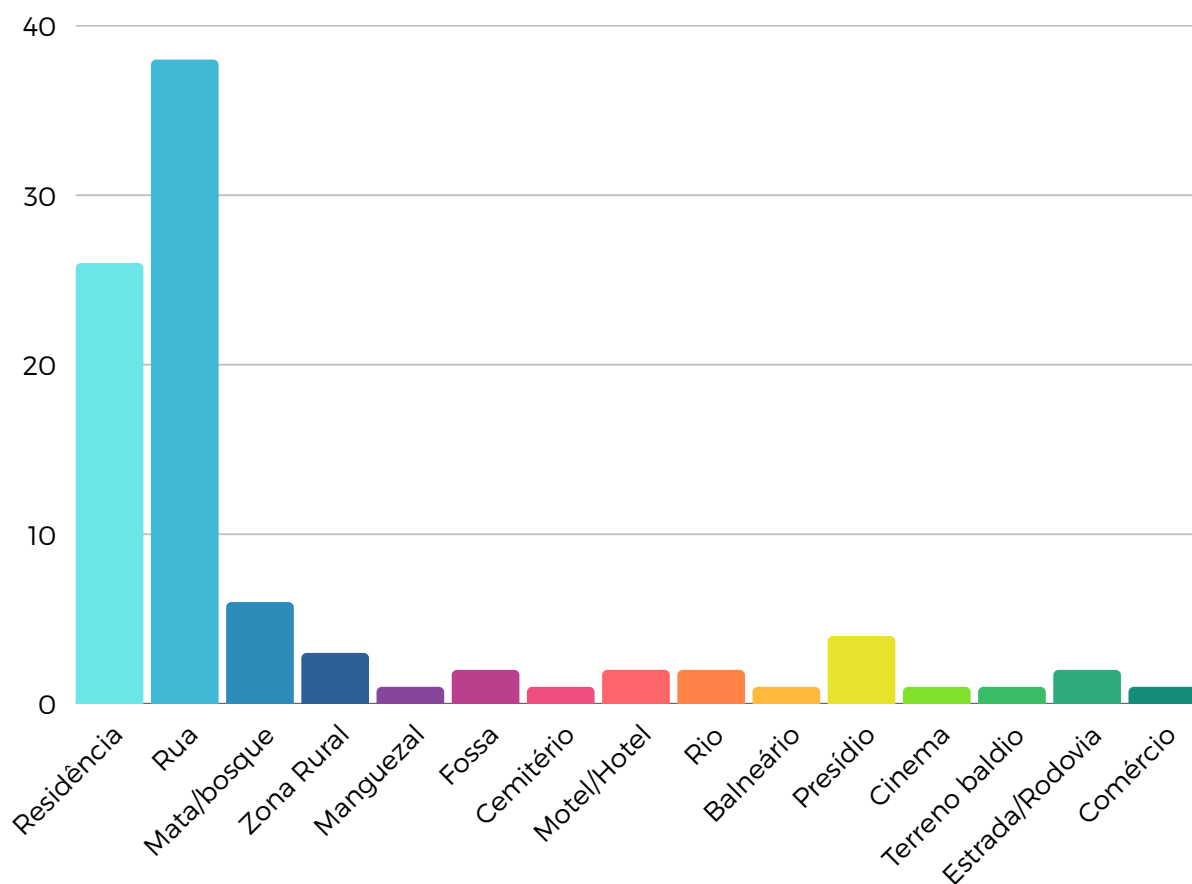
A morte decorrente da aplicação de silicone industrial pode ser considerada homicídio no Brasil, e há diversos precedentes jurídicos nesse sentido. Decisões recentes mostram tribunais condenando aplicadores a penas que variam conforme a gravidade, como casos de 7 a 8 anos de prisão em regime semiaberto. O uso de silicone industrial é proibido pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) para fins estéticos, devido aos riscos gravíssimos, como embolia pulmonar, infecções generalizadas e deformidades.

O entendimento jurídico e as investigações policiais geralmente enquadram esses casos da seguinte forma:

- **Homicídio com Dolo Eventual:** Frequentemente, a pessoa que aplica a substância é acusada de homicídio doloso por dolo eventual. Isso ocorre porque, ao utilizar uma substância proibida pela Anvisa para uso humano e sem ter qualificação médica, o autor assume conscientemente o risco de causar a morte da vítima.
- **Homicídio Qualificado:** Em alguns julgamentos, o crime é classificado como homicídio qualificado, dependendo das circunstâncias do caso.
- **Homicídio Culposo:** Embora menos comum em casos de aplicação clandestina deliberada, também existe a possibilidade de enquadramento como homicídio culposo, quando se entende que houve negligência, imperícia ou imprudência sem a assunção do risco de morte.

O gráfico apresentado anteriormente não é apenas uma estatística, mas um mapa da transfobia estrutural no país, pois mostra que a morte de pessoas trans no Brasil, em 2025, continua sendo marcada pela letalidade intencional e pela visibilidade da dor.

Gráfico 13 - Local da Morte



Fonte: Sayonara Nogueira, 2026.

Este gráfico detalha os locais onde ocorreram os assassinatos de pessoas trans no Brasil em 2025. Assim, temos:

1. Espaço Público como Cenário Principal

- O gráfico destaca a **Rua** (38 casos) como o local com o maior índice de assassinatos. Esse dado é alarmante e reflete a vulnerabilidade extrema à qual essa população está exposta, muitas vezes associada à marginalização social e à falta de segurança em espaços públicos.
- **Zonas de Descarte e Isolamento:** A ocorrência de mortes em locais como Mata/Bosque, Zona Rural, Manguezal, Fossa e Terreno Baldio reforça a análise anterior sobre a crueldade desses crimes. Esses ambientes são frequentemente utilizados para o “descarte” de corpos, buscando dificultar a localização das vítimas e a investigação policial.

2. Violência no Âmbito Privado

- **Invasão da Residência:** O segundo local com maior incidência é a Residência (26 casos). Este é um dado crítico, pois revela que nem mesmo o ambiente privado oferece segurança. Assassinatos em domicílio podem indicar crimes cometidos por pessoas conhecidas, parceiros íntimos ou invasões motivadas por ódio.
- **Estabelecimentos de Hospedagem:** O registro de mortes em Motel/Hotel também é relevante, apontando para riscos enfrentados em contextos de encontros ou trabalho sexual, onde a privacidade do local é utilizada pelo agressor para cometer a violência.

3. Outros Locais de Ocorrência

- **Trânsito e Convivência:** Mortes em Estrada/Rodovia e Comércio mostram que a violência pode atingir as vítimas em seus trajetos diários ou locais de trabalho.
- **Locais Inusitados:** Registros em Presídio, Rio, Cemitério, Balneário e Cinema demonstram a onipresença da violência transfóbica, que não respeita espaços de lazer, custódia do Estado ou mesmo locais de repouso religioso.

Os dados da Rede Trans Brasil indicam uma geografia da violência que se divide principalmente entre a exposição pública forçada (ruas e matas) e a vulnerabilidade doméstica (residências). A predominância da rua como local de morte confirma que o espaço público continua sendo um território hostil para a identidade trans no Brasil em 2025.

A análise da Geografia do Crime fundamenta-se na compreensão de que o espaço não é apenas um cenário, mas um elemento ativo que reflete a exclusão e a desumanização de corpos trans no Brasil. Os pontos centrais dessa geografia são:

1. A Rua como Espaço de Exposição e Morte

A alta concentração de assassinatos na rua não é coincidência, deve-se a exclusão familiar precoce empurra pessoas trans, especialmente travestis e mulheres trans pretas e periféricas, para a rua.

A falta de acesso ao mercado formal de trabalho faz da rua o principal local de subsistência através da prostituição, onde a exposição à violência é máxima e o Estado é ausente.

2. A "Geografia do Descarte"

A ocorrência de crimes em locais como matas, valas, terrenos baldios e fossas evidencia uma tentativa de ocultar não apenas o crime, mas a própria existência da pessoa trans. O local do crime reflete como o assassino enxerga a vítima: como algo "descartável" que pode ser abandonado em locais de lixo ou isolamento. Esses locais dificultam a perícia e a identificação, contribuindo para a impunidade.

3. Interiorização e "Zonas de Medo"

Crimes que antes se concentravam em grandes metrópoles agora avançam fortemente para o interior do país. O número significativo de mortes dentro de residências é interpretado como o fim de qualquer "porto seguro", no qual o ódio *transpessoal* invade o domicílio das vítimas.

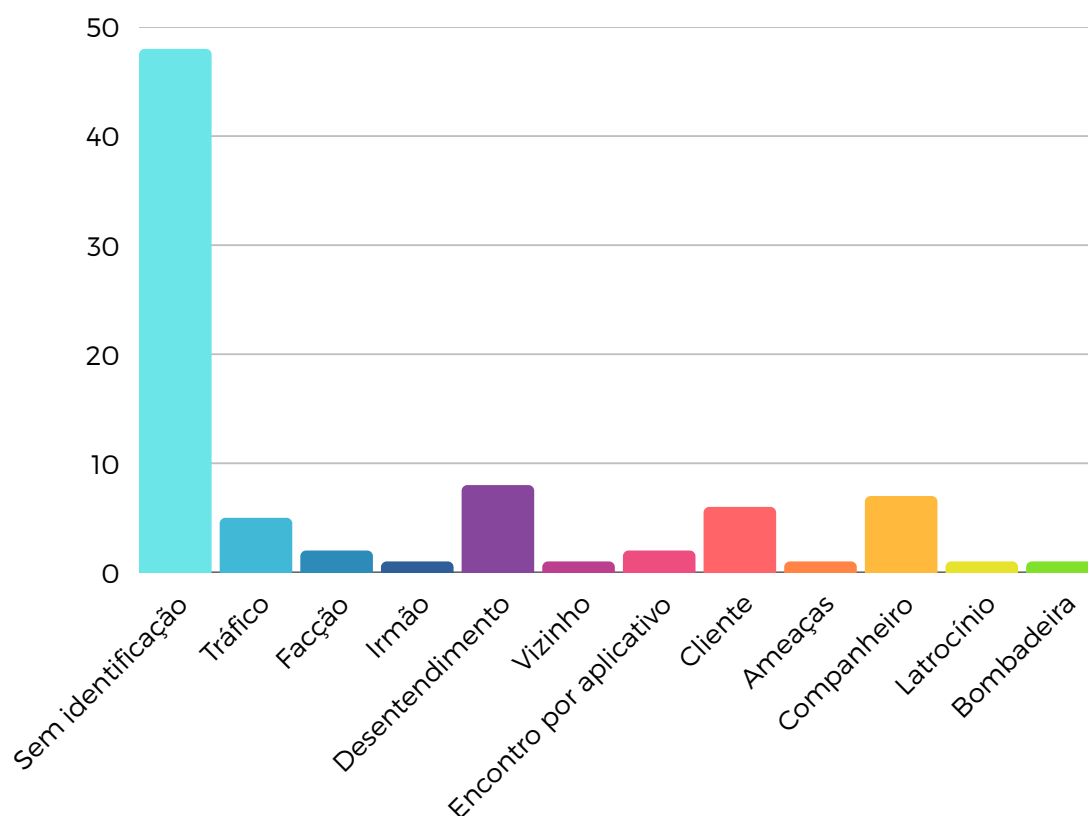
4. O Corpo Trans como Território de Guerra

Os métodos de execução (tortura, fogo, múltiplas facadas) são vistos como inscrições de ódio nesse "território-corpo", buscando apagar a identidade de gênero mesmo após a morte. Enquanto o Brasil não criar políticas públicas que ocupem espaços como a escola, mercado de trabalho e moradia para pessoas trans, a geografia do crime continuará sendo o mapa da exclusão social.

Analisar o corpo trans como território de guerra significa entender que a transfobia não é um ato isolado, mas uma estratégia de extermínio simbólico e físico. O corpo trans é o mapa no qual o Brasil registra seus maiores índices de violência, mas é também o território de resistência onde a luta pelos direitos humanos se mantém viva.

A guerra contra o corpo trans só terminará quando o Estado e a sociedade compreenderem que esse território não deve ser um campo de batalha, mas um lugar de liberdade, dignidade e vida.

Gráfico 14 - Relacionamento com a Vítima



Fonte: Sayonara Nogueira, 2026.

A análise do gráfico sobre o tipo de relacionamento entre as vítimas e os agressores em 2025 revela um dos maiores desafios para a justiça e para a segurança pública no Brasil: a invisibilidade dos autores e a proximidade do perigo.

O dado mais alarmante é o de Sem identificação (48 casos). Isso indica que a grande maioria dos assassinatos de pessoas trans ocorre sem que o autor seja identificado imediatamente. Isso reflete uma impunidade estrutural, ou seja, a dificuldade em identificar o agressor muitas vezes resulta em investigações inconclusivas e falta de punição.

O gráfico mostra que, quando o agressor é identificado, ele frequentemente faz parte do círculo de convivência da vítima. Foram identificados 07 (sete) casos onde o companheiro foi o assassino, revelando a face da violência doméstica e do transfeminicídio. Além de mortes motivadas por conflitos interpessoais que escalam para a letalidade.

Quando o caso envolve clientes, reflete o risco inerente ao trabalho sexual, muitas vezes a única alternativa de subsistência, onde o corpo trans é alvo de violência durante a prestação de serviços.

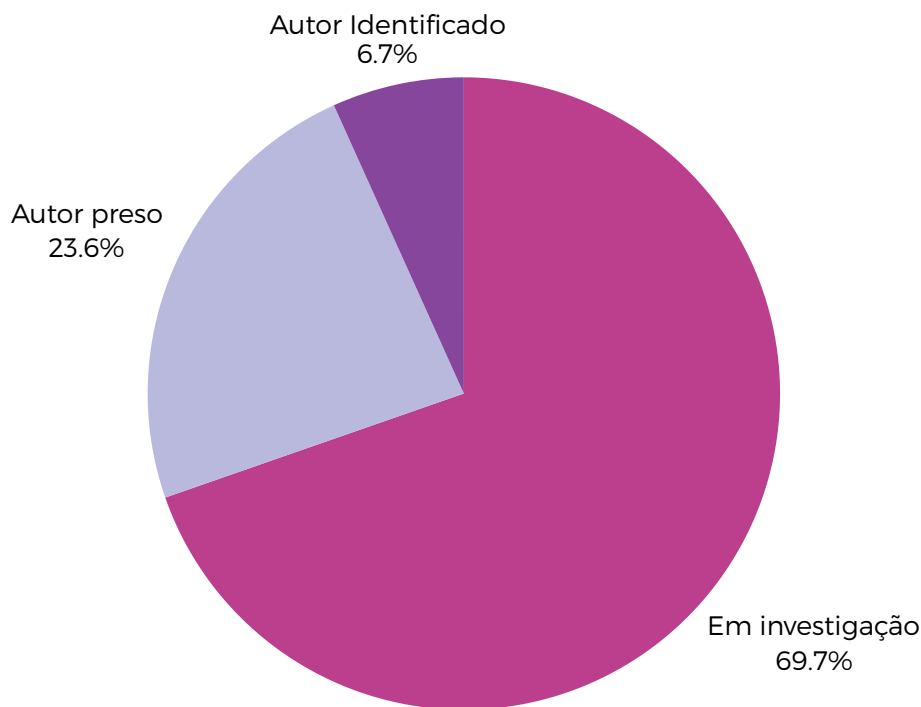
Foram monitorados outros contextos que envolviam o relacionamento da vítima com o tráfico e facções, apontando para o envolvimento forçado ou a vulnerabilidade de corpos trans em territórios conflagrados pelo crime organizado.

Relacionamentos como *irmão* e *vizinho* mostram que a transfobia pode estar enraizada dentro da própria família ou vizinhança. O dado de *Encontro por aplicativo* alerta para os perigos de emboscadas e violência facilitada por tecnologias digitais.

O alto índice de "Sem identificação" é a prova da desumanização, são vidas tiradas no anonimato, muitas vezes tratadas com descaso pelas autoridades. Ao mesmo tempo, a presença de companheiros, clientes e familiares no gráfico reforça que a violência contra pessoas trans é multidimensional, ocorrendo tanto na frieza da rua quanto na suposta segurança dos laços afetivos.

LOCAL DA MORTE	RELACIONAMENTO PREDOMINANTE	CONTEXTO ANALÍTICO
Rua (38 casos)	Sem Identificação (48 casos)	Espaço de Descartabilidade: A maioria dos crimes na rua permanece sem autoria conhecida, refletindo o ódio sistêmico e a impunidade.
Residência (26 casos)	Companheiro (7 casos)	Transfeminicídio Doméstico: O lar deixa de ser seguro, com o parceiro íntimo figurando como o principal agressor no âmbito privado.
Zonas de Isolamento	Sem Identificação	Ocultação do Corpo: Mortes em matas, fossas e terrenos visam apagar a existência da vítima e dificultar a perícia.
Ambientes de Lazer/Serviço	Cliente (6 casos)	Risco Ocupacional: A violência no trabalho sexual (motéis/ruas) é perpetrada por quem deveria ser o contratante do serviço.

Gráfico 15 - Apuração dos fatos



Fonte: Sayonara Nogueira, 2026.

A análise do gráfico sobre a apuração dos fatos nos assassinatos de pessoas trans no Brasil em 2025 revela um cenário de profunda impunidade e morosidade do sistema de justiça criminal:

1. O Domínio da Incerteza (Em Investigação)

O dado mais impactante é que 69,7% dos casos permanecem na fase de "Em investigação". Isso significa que, para a grande maioria das vítimas, o Estado ainda não conseguiu concluir quem foi o responsável ou quais foram as circunstâncias exatas do crime.

Este alto índice corrobora os dados anteriores sobre relacionamentos "Sem identificação", mostrando que a dificuldade em identificar o autor no momento do crime se estende por todo o processo investigativo.

2. Baixa Taxa de Responsabilização Direta

Autor Preso (23,6%): Apenas cerca de um quarto dos casos resultou na prisão de um suspeito.

Embora seja o desfecho de uma parcela da violência, ainda é um número baixo diante da gravidade dos métodos utilizados (como tiros e facadas) e da visibilidade de muitos desses crimes em locais públicos.

Autor Identificado (6,7%): Existe uma parcela pequena onde se sabe quem é o autor, mas ele ainda não foi detido. Isso pode indicar desde autores foragidos até a lentidão na emissão de mandados de prisão.

3. A Engrenagem da Impunidade

Esses números não são apenas falhas técnicas, mas indicativos de uma negligência estrutural. A lentidão nas investigações muitas vezes reflete o desinteresse das autoridades em solucionar crimes contra populações marginalizadas.

Quando quase 70% dos crimes não avançam, cria-se uma percepção social de que "matar pessoas trans não gera consequências", o que acaba por alimentar o ciclo de violência e o surgimento de novos crimes de ódio. A pessoa trans é morta com crueldade (método), em locais de descarte (geografia), por autores muitas vezes desconhecidos (relacionamento) e, finalmente, o crime cai no vazio jurídico da investigação perpétua.



ELEMENTOS FREQUENTES

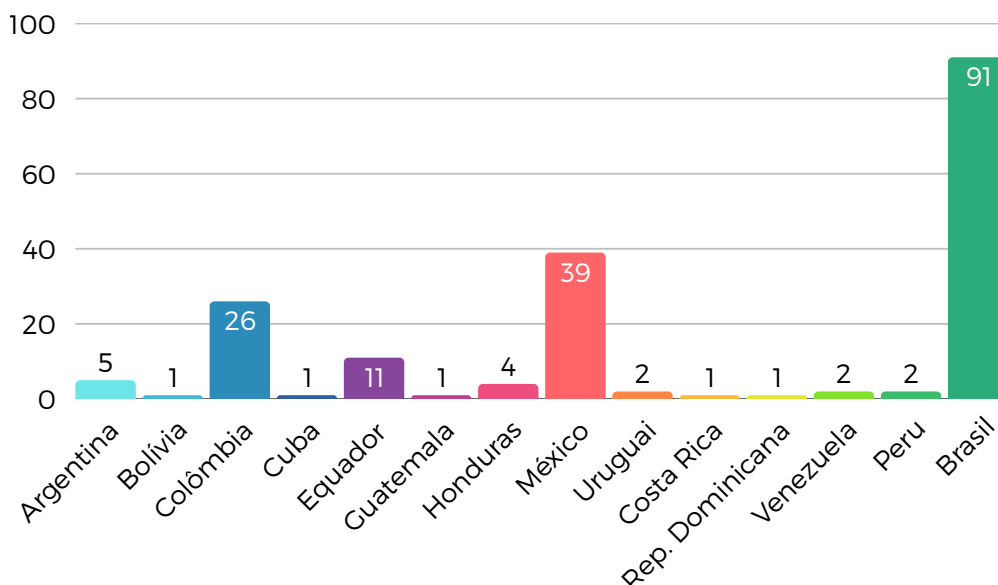
- Devemos articular as categorias de classe, gênero e raça para compreender as vulnerabilidades específicas enfrentadas pela população trans.
- No último ano, ativistas trans representaram 14% dos assassinatos reportados e são o segundo grupo mais alvo globalmente, atrás apenas das trabalhadoras do sexo.
- 68% dos assassinatos ocorreram na América Latina e no Caribe.
- **O Brasil lidera a lista pelo 18º ano consecutivo com 30% do total de casos.**
- No ano de 2025, registramos 91 mortes (físicas e sociais) de pessoas trans e travestis no Brasil.
- Barreira dos 100: observa-se que, com exceção de 2025, o Brasil raramente consegue baixar a marca de 100 assassinatos anuais, o que consolida o país como um dos mais perigosos do mundo para pessoas trans.
- Grande parte desses números advém de monitoramento independente, pois o Estado muitas vezes ignora a identidade de gênero no boletim de ocorrência.
- **1272 mortes de pessoas trans no Brasil nos últimos 10 anos.**
- Em números absolutos, Minas Gerais foi o estado com mais registros de mortes em relação à população trans no ano de 2025, com 09 registros. Em segundo lugar, o estado do Ceará, com 08 casos. Em terceiro lugar, temos São Paulo e Pernambuco com 07 notificações.
- Nos últimos 10 anos existe nota-se uma hegemonia de São Paulo e a ascensão do Ceará e do Nordeste.
- A região Nordeste concentra o maior índice de assassinatos, com quase metade dos casos do país.
- Durante o monitoramento de 2025 foram localizadas duas vítimas em dois países: Suíça e Romênia.
- Em 2025 a taxa de homens trans reduziu para 5,5% e a de travestis e/ou mulheres trans subiu para 94,5% de gênero, como fator categórico, para as suas ocorrências.
- **A análise dos dados coletados pela Rede Trans Brasil nos últimos 10 anos revela um perfil de identidade de gênero extremamente específico e vulnerável. Entre 2016 a 2025 temos uma prevalência de mulheres trans e travestis.**

- Homens trans aparecem em casos de violência doméstica, "estupro corretivo" ou violência institucional, muitas vezes invisibilizada por subnotificações (registrados pelo nome de batismo/sexo biológico).
- A identidade não-binária é a que possui o menor índice de registros formais nos dossiês, mas isso não indica ausência de violência.
- 26 a 35 anos: É a faixa com o maior índice de letalidade.
- A vítima mais jovem tinha 17 anos de idade e a de maior idade tinha 56 anos.
- **Afirmar que a expectativa de vida de uma pessoa trans é de 35 anos é uma imprecisão estatística. O dado de 35 anos é uma média aritmética das idades presentes nos dossiês de assassinatos; logo, é um dado sobre a morte, e não sobre a vida.**
- Em 2025 57,3% das vítimas eram negras e pardas.
- Em 10 anos, dois terços das vítimas de violência transfóbica no Brasil são pessoas negras, confirmando que o racismo estrutural permanece como eixo central dessa violência.
- A categoria profissional do sexo representa a maior categoria entre as vítimas.
- A ocorrência de assassinatos de pessoas trans dentro do sistema prisional revela uma falha crítica do Estado no seu dever de proteção.
- Garantir que a imprensa use o nome e gênero corretos é uma forma de garantir a dignidade póstuma da vítima, evitando que ela sofra uma nova violência institucional após a morte.
- As causas com maior incidência são Tiros e Facadas. Estes métodos indicam um confronto direto e a intenção clara de execução.
- **Os dados da Rede Trans Brasil indicam uma geografia da violência que se divide principalmente entre a exposição pública forçada (ruas) e a vulnerabilidade doméstica (residências). A predominância da rua como local de morte confirma que o espaço público continua sendo um território hostil para a identidade trans no Brasil em 2025.**
- A grande maioria dos assassinatos de pessoas trans ocorre sem que o autor seja identificado imediatamente. Isso reflete uma impunidade estrutural, ou seja, a dificuldade em identificar o agressor muitas vezes resulta em investigações inconclusivas e falta de punição.
- **Para a grande maioria das vítimas, o Estado ainda não conseguiu concluir quem foi o responsável ou quais foram as circunstâncias exatas do crime.**

AMÉRICA LATINA E CARIBE

Desde 2019, a Rede Trans Brasil vem monitorando os dados de assassinatos na América Latina e Caribe.

Gráfico 16 - Assassinatos por países da América Latina e Caribe



Fonte: Sayonara Nogueira, 2026.

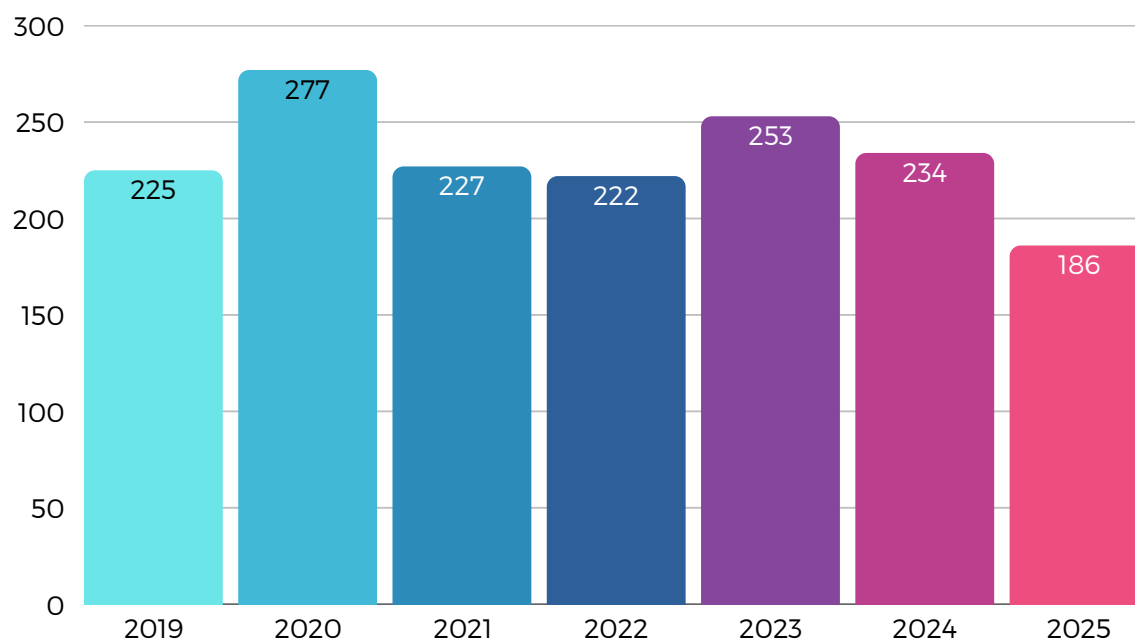
O gráfico acima utiliza números absolutos para ilustrar a violência letal contra essa população em 14 países da região. O dado mais impactante do gráfico é a coluna do Brasil, com 90 assassinatos registrados.

O número do Brasil é quase 2,4 vezes maior que o do segundo colocado (México). Sozinho, o Brasil concentra cerca de 49% do total de mortes apresentadas no gráfico (91 de 186 casos somados). Depois do Brasil, os países com os maiores índices de violência letal são:

MÉXICO: 39 CASOS.
COLÔMBIA: 26 CASOS.
EQUADOR: 11 CASOS.

Ao consolidar esses dados, a Rede Trans Brasil evidencia que a violência contra pessoas trans é uma crise humanitária regional na América Latina, não um problema isolado de uma única nação.

Gráfico 17 - Escala dos assassinatos de pessoas trans na América Latina e Caribe de 2019 a 2025



Fonte: Sayonara Nogueira, 2026.

A análise dos dados da Rede Trans Brasil entre 2019 e 2025 revela um cenário de violência extrema e persistente na região, com o Brasil mantendo uma liderança trágica e isolada no número de assassinatos.

O gráfico mostra que a violência contra pessoas trans na América Latina e Caribe atingiu seu pico recente no início da década, apresentando uma tendência de queda nos últimos dois anos.

- Pico em 2020: O ano de 2020 registrou o maior volume de mortes no período, com 277 assassinatos. Esse aumento costuma ser associado, em análises de direitos humanos, à maior vulnerabilidade social durante a pandemia.
- Estabilidade (2021–2023): Os números mantiveram-se em um patamar alto, variando entre 222 e 253 casos anuais.
- Tendência de Queda (2024–2025): Observa-se uma redução progressiva nos últimos dois registros:
 - 2024: 234 casos.
 - 2025: 186 casos (o menor valor da série histórica apresentada).

O monitoramento sistemático realizado pela Rede Trans Brasil revela uma realidade brutal: a América Latina permanece como a região mais perigosa do mundo para pessoas trans e de gênero diverso. Os dados compilados entre 2019 e 2025 desenharam um mapa da violência no qual o direito à vida é negado de forma sistemática e cruel.

Dentro do cenário latino-americano, o Brasil ocupa uma posição de isolamento trágico. Há 17 anos consecutivos, o país lidera o ranking mundial de assassinatos de pessoas trans. Essa liderança não é estatística por acaso; ela reflete a ausência de políticas públicas eficazes e a persistência de um Estado que falha em proteger suas cidadãs e seus cidadãos trans, muitas vezes, empurrando-as/os para a marginalidade e para contextos de extrema vulnerabilidade.

Embora o Brasil apresente os números mais altos, a violência é uma epidemia regional. O México aparece como o segundo país com maior índice de letalidade e seguido pela Colômbia. Esses números evidenciam que, independentemente das fronteiras, a transfobia estrutural e o "machismo" operam de forma coordenada para eliminar corpos que desafiam as normas de gênero.

O trabalho de busca ativa da Rede Trans Brasil é fundamental para combater o "apagamento" das identidades trans nos registros oficiais nos quais, na maioria das vezes, as vítimas são identificadas pelo nome de registro ou por termos pejorativos, invisibilizando o crime de ódio.





Os Dossiês não são apenas frios levantamentos estatísticos; são ferramentas de denúncia e resistência. Eles expõem que a maioria das vítimas são mulheres trans e travestis negras, jovens e trabalhadoras do sexo, provando que a intersecção entre transfobia, racismo e exclusão econômica é o que define quem vive e quem morre na América Latina.

MAPAS DE VIOLÊNCIAS E RESISTÊNCIAS: DEZ ANOS DA GEOGRAFIA DOS CORPOS TRANS

Prof. Dr. Daniel Henrique de Oliveira Silva

Para compreender o surgimento do Dossiê sobre as violências sofridas pela população trans no Brasil, é necessário retomar o ano de 2010, quando a professora Sayonara Nogueira, graduada em Geografia pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU), iniciou o projeto denominado “Cartografia da Resistência” em uma escola estadual da cidade de Uberlândia, em Minas Gerais.

A proposta de desenvolver uma pesquisa cujo recorte fosse especificamente a população trans emergiu de um trabalho pedagógico realizado em sala de aula. A professora propôs que os(as) estudantes, além de construírem mapas, realizassem levantamentos e análises sobre casos de violência, buscando compreender suas motivações, dimensões regionais e as múltiplas vulnerabilidades que atravessam essa população. Para tanto, foram considerados recortes de raça, gênero, sexualidade e tipos de violência, entre outros.

Essas investigações permitiram que os(as) estudantes-pesquisadores(as) identificassem um problema central: diversos casos envolvendo pessoas trans eram registrados como crimes contra homossexuais, o que resultava em significativa subnotificação das violências direcionadas a travestis e transexuais.

Em entrevista, a professora afirma:

Eu fiz um trabalho com as cartografias, nesse trabalho eu pegava os catálogos da GGB (Grupo Gay da Bahia), os dossiês que a GGB fazia, porque foi a instituição pioneira em fazer esse trabalho. Eu levava para a sala de aula e a gente usava os dados que eles quantificavam para construir mapas, tabelas, gráficos, e aí eles tinham que chegar numa conclusão, não era só construir mapas, tabelas e gráficos, eles tinham que chegar numa conclusão porque aqueles crimes estavam acontecendo. Mas eu não trabalhava só com tabelas do GGB, eu trabalhava com índice de violência de mulheres pretas assassinadas, com população indígena que foi dizimada, isso dentro da cartografia, da geografia, não era só sobre o GGB. E aí, os próprios alunos detectaram que tinham travestis que haviam sido assassinadas e estavam no GGB como homossexuais. E aí eu levei o trabalho para Rede Trans e a gente fez o primeiro dossiê, apesar das outras instituições insistirem em falar que foram elas que criaram (Sayonara Nogueira).

Essas constatações evidenciam a relevância da pesquisa, da educação e da produção de conhecimento estarem intrinsecamente articuladas às demandas sociais. Um projeto desenvolvido em sala de aula transformou-se em uma ação de alcance nacional, repercutindo diretamente na formulação de políticas públicas direcionadas às pessoas trans. A produção do dossiê possibilitou que essa população reivindicasse políticas públicas fundamentadas em dados empíricos, evidenciando o Brasil como um dos países com os mais elevados índices de violência contra pessoas trans no mundo.

É possível que, no início, a professora não imaginasse a dimensão que esse trabalho alcançaria, obtendo visibilidade em organismos internacionais de direitos humanos, fortalecendo o processo de mapeamento das violências e a construção do dossiê.

São práticas pedagógicas como essa que, embora pareçam pontuais ou localizadas, produzem fissuras nas estruturas sociais, provocam deslocamentos culturais, mudanças de valores e concepções, e contribuem para a ampliação do acesso a direitos a grupos historicamente marginalizados.

A seguir, compartilho com a autorização e disponibilização da professora Sayonara Nogueira fotos do seu arquivo pessoal referentes ao projeto “Cartografia da Resistência”.

Imagem 1. Cartografia da Resistência.



Fonte: Arquivo pessoal da professora Sayonara Nogueira.

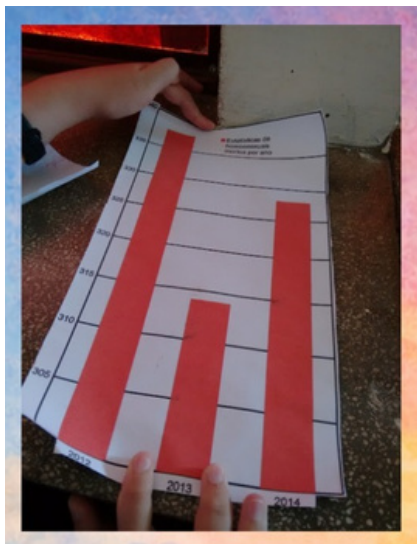


Imagem 2. Cartografia da Resistência

O gráfico ao lado, produzido em atividades na escola, demonstram os números da violência nos anos de 2012, 2013 e 2014.

Fonte: Arquivo pessoal da professora Sayonara Nogueira.

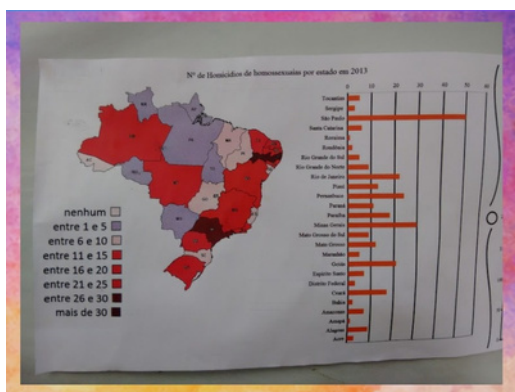


Imagem 3. Cartografia da Resistência

Atividades de cartografia do crime realizadas nas aulas de Geografia.

Fonte: Arquivo pessoal da professora Sayonara Nogueira.

Os dados trabalhados pela professora Sayonara eram disponibilizados pelo Grupo Gay da Bahia – GGB. O Grupo Gay da Bahia – GGB, citado pela professora Sayonara, foi fundado em 1980, pelo Prof. Dr. Luiz Mott, e no início dos anos 2000 começou a produzir dossiês sobre os casos de violências contra pessoas LGBTIs no Brasil. Esses relatórios, ao longo dos anos, passaram a ser criticados por travestis e transexuais, que alegavam que esses dados subnotificavam os casos de violências contra pessoas trans. Fato percebida pela professora Sayonara e seus/suas alunos/as, já nos idos de 2010.

A partir disso, em 2016 a professora Sayonara Nogueira decide, em parceria com a Rede Trans Brasil, entidade de luta pelos direitos das pessoas trans, a mapear e produzir um dossiê sobre a violência sofrida especificamente pelas pessoas trans no Brasil. O dossiê produzido pela professora Sayonara foi o primeiro do Brasil voltado exclusivamente para a população de travestis e transexuais, com o título “Dossiê: A Geografia dos Corpos das Pessoas Trans” (NOGUEIRA, AQUINO, CABRAL. 2017).

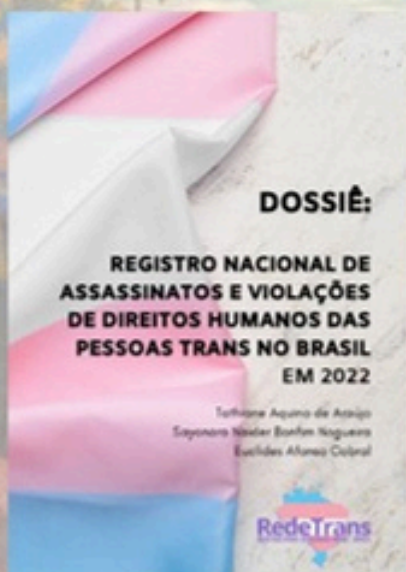
Ao longo dos dez anos de produção do Dossiê, a Rede Trans Brasil tem reiteradamente destacado que os dados disponíveis ainda não refletem de forma plena a realidade das violências sofridas pela população trans no país. Isso se deve, sobretudo, às limitações do processo de levantamento dessas informações, que, apesar do esforço contínuo e da dedicação do movimento trans em registrar os casos ocorridos, enfrenta enormes dificuldades para abarcar a totalidade das ocorrências.

Tal mapeamento é realizado, em grande medida, de forma solitária pelos movimentos sociais, e precarizada, apoiando-se majoritariamente em notícias veiculadas na imprensa e em fontes digitais, o que evidencia a ausência de uma política pública governamental voltada à produção de dados sobre essa população. Essa situação é agravada pelos casos de pessoas trans que não possuem o nome retificados e são classificados nos boletins policiais equivocadamente como pessoas cisgêneras, o que contribui para a invisibilidade institucional dessa população.

Mas por que dados específicos sobre a população trans? A partir de informações específicas, torna-se possível elaborar políticas públicas adequadas a essa parcela populacional. As políticas públicas têm como objetivo identificar e solucionar problemas sociais, promovendo o bem-estar coletivo. Na ausência de dados sobre as condições de vida desse grupo, sua realidade permanece invisível aos olhos do Estado. Dessa forma, evidenciar vulnerabilidades relacionadas à existência, moradia, educação e saúde constitui uma maneira de denunciar desigualdades e reivindicar ações que assegurem a melhoria da qualidade de vida das pessoas trans.

A seguir, as capas dos Dossiês ao longo desses anos:





A partir desses levantamentos, percebemos que foi possível avançar em direitos direcionados as pessoas trans nos últimos anos, como o uso do nome social, a retificação de documentos em cartório, sem necessidade de recorrer as vias judiciais, inclusive de forma gratuita para a população trans de baixa renda, implementação de cotas em algumas universidades públicas, criação de ambulatórios para atendimento às pessoas trans, e a ampliação da presença de pessoas trans em espaços acadêmicos e políticos.

Podemos considerar que a ampliação da presença de pessoas trans no legislativo decorre, sobretudo, da atuação histórica dos movimentos sociais, que reconheceram a importância estratégica de eleger sujeitos trans para esses espaços de poder, garantindo visibilidade às suas pautas e a construção de agendas políticas de enfrentamento às desigualdades. Ainda assim, os dossiês revelam que grande parte dessa população permanece às margens da sociedade, em situação de vulnerabilidade, cerceadas do acesso a direitos básicos.

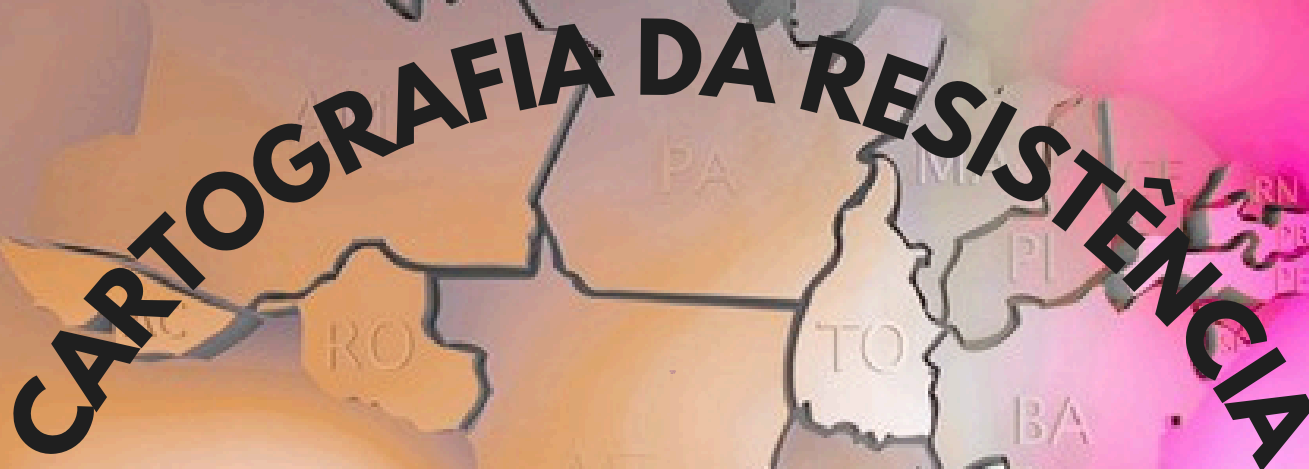
Os corpos trans, frequentemente expulsos do ambiente familiar e institucional, é empurrado para uma geografia da marginalidade, marcada por territórios periféricos e de alta vulnerabilidade. Os dados acumulados ao longo da última década desenharam aquilo que pode ser denominado um “mapa do sangue”: o Brasil permanece como o país que mais mata pessoas trans no mundo, com assassinatos concentrados em vias públicas, durante a noite, sobretudo contra mulheres trans e travestis negras.

Apesar desse cenário, os Dossiês também apontam para uma geografia de resistência. Observamos, nos últimos anos, o aumento da presença de pessoas trans em universidades públicas e particulares, em novelas e teatros, em cargos políticos, sinalizando deslocamentos importantes no mapa da cidadania. Números ainda inexpressivos, mas que demonstram uma importante mudança provocada pelas ações dos movimentos sociais trans e travestis.

A “Geografia dos Corpos Trans” nos mostra, portanto, uma população em movimento, que busca sair das margens e ocupar o centro das decisões sociais, econômicas e políticas.

Compreender essa geografia é fundamental para o planejamento de uma sociedade mais inclusiva e para o reconhecimento de que vivemos em um mundo que produz desigualdades, mas que também pode ser ressignificado, que apesar das opressões, marginalizações, do estabelecimento das hierarquias sociais, existem resistências e lutas, em prol de transformações e da equidade social. O corpo trans é, nesse sentido, um espaço de disputa, de resistências e produção de novos sentidos para o direito à cidade e a vida.

"Não ocupamos apenas espaços; nós somos o próprio território da resistência. A geografia trans é a ciência de transformar a margem em centro." - Professora Sayonara Nogueira



CARTOGRAFIA DA RESISTÊNCIA

DOS DADOS OFICIOSOS AOS DADOS OFICIAIS

O Brasil enfrenta um "apagão de dados" sobre a população trans. todavia no cenário atual das estatísticas brasileiras, é possível visualizar bases de dados oficiais como:

1. RAIS (Relação Anual de Informações Sociais) e Novo CAGED (Cadastro Geral de Empregados e Desempregados).

São ferramentas fundamentais para entender o mercado de trabalho formal, mas o uso delas como base de dados oficial para a população trans brasileira ainda enfrenta desafios metodológicos e limitações importantes.

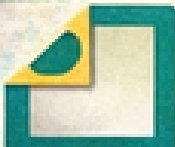
A principal forma de identificar a população trans nessas bases é através do uso do nome social. Como o Novo CAGED e a RAIS são alimentados pelo eSocial, as empresas podem registrar o nome social do trabalhador. Embora sejam as melhores fontes administrativas disponíveis, elas possuem limitações significativas:

- **Subnotificação:** Nem toda pessoa trans utiliza o nome social formalmente no trabalho ou já realizou a retificação de documentos. Se a pessoa já retificou o nome e o gênero no registro civil, ela "desaparece" das estatísticas de diversidade, pois passa a ser contabilizada apenas pelo gênero retificado.
- **Exclusão da Informalidade:** A RAIS e o CAGED cobrem apenas o emprego com carteira assinada, ou seja, quem está no mercado informal ou em situação de vulnerabilidade, essas bases não alcançam.
- **Foco no Trabalho, não na População:** Elas são bases de dados trabalhistas, não demográficas. Elas não dizem quantos trans existem no Brasil, mas sim quantos estão ocupando postos formais de trabalho.

Quadro Comparativo: RAIS vs. Novo CAGED

Critério de Análise	RAIS	Novo CAGED
Frequência de Dados	Anual. Consolida o quantitativo de trabalhadores (quem estava empregado em 31/12).	Mensal. Registra o "fluxo" (quem entrou e quem saiu do mercado no mês).
Visão Estratégica	Permite analisar a trajetória e permanência. É ideal para ver se pessoas trans estão conseguindo manter seus empregos.	Permite analisar a volatilidade. É ideal para ver se há picos de contratação (ex: meses de orgulho LGBTQIA+).
Riqueza de Detalhes	Contém dados profundos sobre escolaridade, remuneração média anual e tempo de serviço.	Focado em admissões e desligamentos, com dados mais simplificados e imediatos.
Identificação Trans	Baseada no campo de Nome Social e gênero declarado no eSocial durante o ano base.	Baseada no campo de Nome Social no momento da contratação ou demissão.
Principal Vantagem	Melhor para calcular a desigualdade salarial entre pessoas trans e cisgênero.	Melhor para medir o impacto de políticas públicas de empregabilidade em tempo real.

A IMPORTÂNCIA DO

 eSocial

PARA A POPULAÇÃO TRANS



2. Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) - Base da Receita Federal

Permite identificar as pessoas trans que alteraram o marcador de sexo ou incluíram o nome social no registro do CPF. Essa é considerada uma das fontes mais confiáveis atualmente para identificar quem passou pelo processo de transição documental.

3. Registro Civil (Cartórios)

Embora não seja uma "base de dados" de consulta pública fácil para estatísticas, os Cartórios de Registro Civil (Arpen-Brasil) mantêm o histórico de retificações de prenome e gênero realizadas desde a decisão do STF em 2018.

4. PNAD Contínua (IBGE)

Em 2022, o IBGE realizou a primeira pesquisa experimental sobre orientação sexual, mas a inclusão de perguntas sobre identidade de gênero ainda está em fase de debate e testes para futuras edições. Portanto, a PNAD ainda não é uma base consolidada para quantificar a população trans como é para outros grupos.

5. CadÚnico (Cadastro Único para Programas Sociais)

Base do Ministério do Desenvolvimento Social que permite a inclusão do nome social e identidade de gênero. É fundamental para entender a população trans em situação de vulnerabilidade econômica.

6. SINAN (Sistema de Informação de Agravos de Notificação)

Base do Ministério da Saúde que registra casos de violência. É uma das poucas bases oficiais que possui o campo "identidade de gênero", permitindo monitorar a violência contra travestis e pessoas trans.

Essas bases sofrem de subnotificação, pois só observam as pessoas trans que tiveram acesso à informação e recursos para retificar documentos e/ou estão inseridas em sistemas estatais.

Por essa razão, dados de organizações da sociedade civil, como a Rede Trans Brasil, através de suas filiadas, são usados como referência complementar essencial, pois chegam onde o Estado muitas vezes não chega.

O estudo "**A inserção e as características das pessoas trans no assalariamento formal**", publicado pelo Ipea em outubro de 2025, apresenta uma análise inédita sobre a realidade socioeconômica da população trans no mercado de trabalho formal brasileiro [6]

Foi empregada uma metodologia inovadora para identificar pessoas trans através do cruzamento de dados do CPF (b-Cadastros) da Receita Federal com a RAIS 2023. Foram identificadas 38.758 pessoas trans entre 14 e 64 anos, baseando-se em critérios como retificação de nome/gênero ou uso de nome social. O estudo não capta pessoas trans que ainda não realizaram retificações oficiais.

A população trans identificada é significativamente mais jovem que a geral, com 59,8% na faixa de 18 a 30 anos (contra 25,5% na população total). Mais de metade (51,1%) reside no Sudeste, uma proporção superior à da população geral (42,2%). O grupo é composto por 51,3% de mulheres trans, 37,9% de homens trans e 2,7% de pessoas não binárias.

A inserção no mercado formal é visivelmente inferior à média nacional. Apenas 25% das pessoas trans identificadas possuem vínculo formal, contra 31,8% da população geral. A situação é mais crítica para mulheres trans, com apenas 20,7% de participação formal, enquanto homens trans alcançam 31,1%. Na faixa de 14 a 17 anos, a participação trans (3,8%) supera a média total (3,0%), sugerindo uma necessidade de ingresso precoce no trabalho.

Mesmo quando inseridas formalmente, as disparidades de renda são acentuadas: Uma pessoa trans recebe, em média, R\$ 2.707, o que representa 32% a menos que a média total da RAIS 2023 (R\$ 3.987)

6 CAVALCANTI, F. M. S.; PATEO, F. V.; SILVA FILHO, A. L. A. A inserção e as características das pessoas trans no assalariamento formal. Outubro 2025; **Boletim Mercado de Trabalho** 31(80), IPEA.

Pessoas trans com ensino superior completo recebem, em média, R\$ 6.224, valor muito inferior à média de R\$ 8.599 da população geral com a mesma formação.

O estudo aponta que a transfobia estrutural atua como barreira fundamental, manifestando-se através de exclusão escolar que é provocada pela discriminação, reduz a qualificação profissional. Há uma guetização ocupacional e muitas vezes as oportunidades são restritas a área da estética ou alimentação.

Aqueles que conseguem emprego enfrentam desrespeito ao nome social, falta de acesso a banheiros adequados e desconfiança de colegas e chefes. A pesquisa conclui que a população trans enfrenta uma exclusão multifacetada que resulta em menor participação formal e remunerações significativamente inferiores, reforçando a necessidade de políticas públicas específicas para este grupo.

Outra aferição que podemos fazer é em relação aos dados do Portal da Transparência do Registro Civil, administrado pela Arpen-Brasil, que contabiliza a quantidade de registros adequados de pessoas trans à sua identidade de gênero. Desde 2018, o Supremo Tribunal Federal (STF) e o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) regulamentaram a possibilidade de alteração sem necessidade de ação judicial nos cartórios de registro civil.

A Suprema Corte entendeu que o nome não é apenas um rótulo dado pelo Estado, mas um reflexo da personalidade. Quando o Estado permite a retificação administrativa, ele finalmente reconhece que o indivíduo é o único soberano sobre sua própria identidade, sem precisar que um juiz ou um médico "autorize" quem ele é.

A retificação do nome civil é o que garante a cidadania plena. Sem ela, a pessoa trans vivia em um estado de "eterna explicação", precisando justificar a dissonância entre sua aparência e seus documentos em bancos, aeroportos e hospitais.

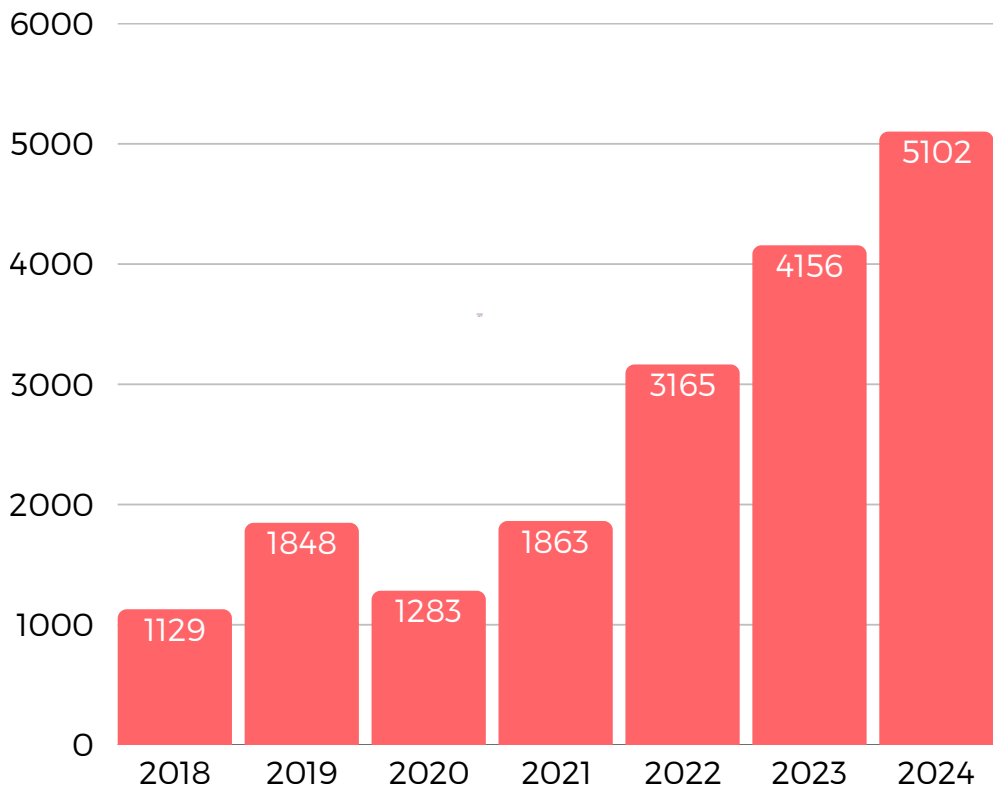
Essa transição do judicial para o administrativo não apenas desburocratizou o processo, mas retirou a identidade trans do campo da patologia, devolvendo ao indivíduo o direito fundamental de ser reconhecido legalmente por quem realmente é.

Mudanças de gênero em cartórios de 2018 a 2024

Retificação de documentos	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
Mulheres Trans/Travestis	619	1,044	643	937	1.628	2,298	2,842
Homens Trans	483	740	599	867	1,360	1,698	2.020
Sem alteração de gênero	27	64	41	59	177	232	540
Total	1.129	1.848	1.283	1.863	3.165	4.156	5.102

Fonte: Arpen Brasil

Gráfico 18 - Retificações de registro de pessoas trans de 2018 a 2024



Fonte: Arpen Brasil

O gráfico oferece uma visão estatística valiosa, uma vez que ilustra o crescimento exponencial da busca pela retificação de prenome e gênero nos cartórios brasileiros desde a decisão do STF em 2018. Há um salto impressionante: de 1.129 retificações em 2018 para 5.102 em 2024. Isso representa um aumento superior a 350% no período. Esse crescimento indica não apenas uma maior demanda reprimida, mas também uma maior disseminação de informação sobre o direito de retificação por via administrativa.

Pontos de Destaque:

- 2018 (O Início): O número de 1.129 reflete o primeiro ano da vigência da nova regra. É o ponto de partida após a transição do modelo judicial para o extrajudicial.
- 2020 (A Queda): Observa-se uma redução para 1.283 (após um pico de 1.848 em 2019). É muito provável que este recuo esteja ligado à pandemia de COVID-19, que restringiu o funcionamento presencial de cartórios e impôs barreiras financeiras e de locomoção.
- 2022 - 2024 (A Explosão): A partir de 2022, os números disparam, ultrapassando a marca de 3.000 e chegando a mais de 5.000 em 2024. Isso sugere que o procedimento se consolidou e que o acesso à informação e aos mutirões de retificação (muito comuns nos últimos anos) surtiu efeito.

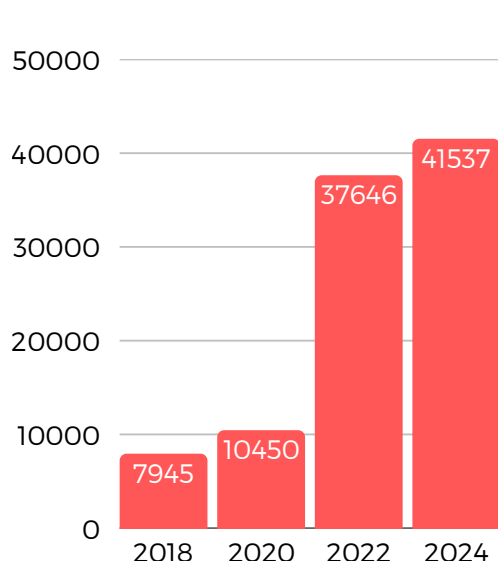
O aumento constante prova que a desburocratização funcionou como uma ferramenta de inclusão. Quanto mais pessoas retificam, mais o procedimento se torna conhecido, incentivando outros que antes tinham medo ou desconhecimento a buscarem seus direitos. Cada unidade nesse gráfico representa uma pessoa que deixou o estado de "eterna explicação", passando a ter documentos que validam sua identidade em todos os espaços sociais.

Os dados do gráfico, quando associados a estudos demográficos, revelam um cenário de transição na cidadania brasileira. Estudos demográficos da UNESP e da USP estimam que cerca de 2% da população adulta brasileira se identifica como transgênero ou não binária. Embora o gráfico mostre um recorde de 5.102 retificações em 2024, esse número ainda é pequeno perto do universo estimado de milhões de pessoas trans no Brasil.

Ainda existe uma barreira de acesso ao processo de retificação nos cartórios, seja por custo ou burocracia documental que impede a universalização desse direito. Porém, as redes de apoio e mutirões de gratuidade realizados pelas Defensorias Públicas vem conseguindo romper barreiras demográficas históricas.

Outro dado importante oficial apresentando neste dossiê são o número de eleitores (as) com o nome social que em 2024 alcançou maior na história, com o total de 41.537 eleitores segundo o Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

Gráfico 19 - Uso do nome social nas eleições de 2018 a 2024 / TSE



Os números mostram uma evolução impressionante: de 7.945 eleitores em 2018 para 41.537 em 2024. O eleitorado que utiliza o nome social cresceu mais de 420% em seis anos.

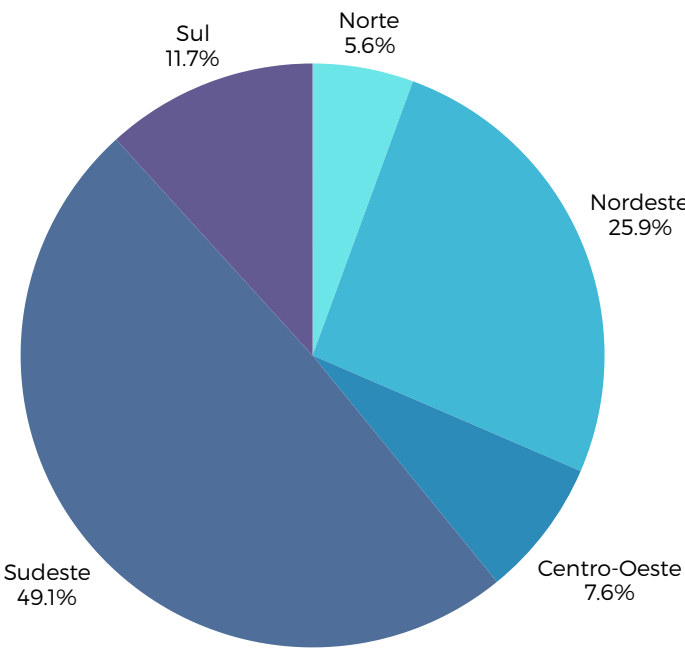
Observa-se um aumento expressivo entre 2020 (10.450) e 2022 (37.646), refletindo um engajamento político massivo para as eleições gerais, o que demógrafos associam à luta por representatividade e contra retrocessos de direitos.

Fonte: Sayonara Nogueira, 2026.

Estudos baseados nos dados do TSE detalham quem são essas pessoas:

- **Gênero:** Em 2024, o grupo é composto por 21.367 mulheres (trans e travestis) e 20.170 homens trans.
- **Faixa Etária:** A maioria é composta por jovens. Em 2022, o maior grupo tinha entre 21 e 24 anos, seguido pela faixa de 25 a 29 anos. Isso indica que as novas gerações estão acessando esse direito de forma muito mais imediata ao atingirem a maioridade.
- **Escolaridade:** Grande parte desse eleitorado (27,04%) possui o ensino médio completo, o que desafia o estereótipo de marginalização educacional total da população trans.

Gráfico 20 - Uso do nome social nas eleições de 2018 a 2024 por região geográfica / TSE



Fonte: Sayonara Nogueira, 2026.

Região	% de Eleitores com Nome Social	Contexto Principal
Sudeste	49,10%	Maior rede de ONGs e mutirões de cidadania.
Nordeste	25,90%	Forte mobilização por representatividade política.
Sul	11,70%	Acesso estável, mas com menor engajamento proporcional.
Centro-Oeste	7,60%	Barreiras de acesso em áreas menos urbanizadas.
Norte	5,60%	Desafios logísticos e geográficos para atendimento.

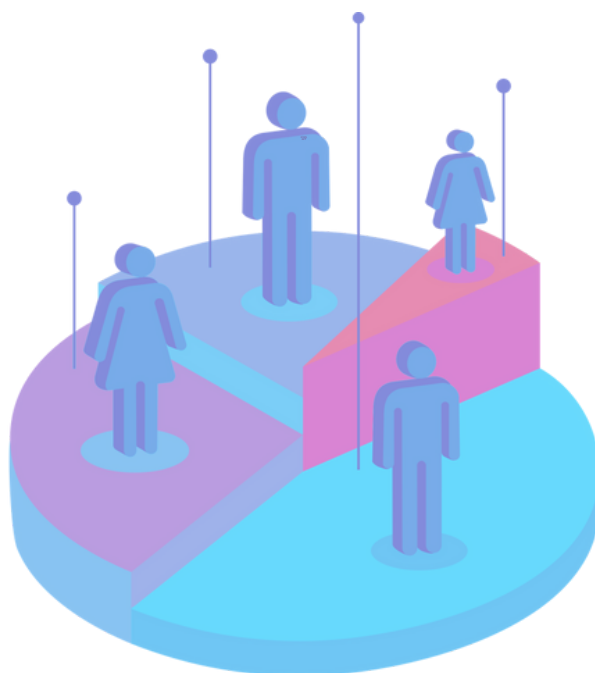
Fonte: Sayonara Nogueira, 2026.

A importância desses dados para a demografia trans reside na transição da invisibilidade estatística para o reconhecimento do Estado como sujeito de direitos e políticas públicas. Historicamente, populações trans foram excluídas de censos e registros oficiais, o que impedia o planejamento de ações específicas para suas necessidades.

Os gráficos de retificação civil e de eleitores com nome social servem como os primeiros "termômetros" oficiais da presença trans no Brasil.

- Referencial para o Censo: como o Censo Demográfico ainda possui limitações para captar a identidade de gênero de forma plena, esses registros administrativos tornam-se a fonte primária para estimar o tamanho e a distribuição dessa população.
- Georreferenciamento: o gráfico regional permite identificar onde essa população está conseguindo acessar direitos e onde existem "desertos de cidadania" (como nas regiões Norte e Centro-Oeste).

Dados demográficos precisos são o fundamento para qualquer política de Estado e de suma importância para a implementação de políticas públicas no campo da Saúde, Educação, Empregabilidade e Moradia. Esses dados transformam vivências individuais em estatísticas coletivas, dando peso político a demandas que antes eram tratadas como casos isolados.



EXPECTATIVA DE VIDA DE PESSOAS TRANS E TRAVESTIS BRASILEIRAS: UMA ANÁLISE QUALITATIVA E QUANTITATIVA A PARTIR DE DADOS ELEITORAIS E EDUCACIONAIS

Mariana Silva Arakawa

Considerações Iniciais

Não foi realizada estimativa da expectativa de vida por recorte de gênero devido à dificuldade de se avaliar o peso das questões genéticas, hormonais e sociais envolvidas em cada identidade de gênero para se definir os dados a serem utilizados para obtenção da linha de tendência respectiva de comparação. Entretanto, o recorte por raça e gênero continua relevante devido ao perfil das vítimas de assassinato, em números absolutos no Brasil. Pessoas com identidade de gênero não informada, mas que possuíam nome social, foram consideradas trans;

Limitações da pesquisa

Não foram consideradas na metodologia crianças abaixo de 04 (quatro) anos de idade. Não possuímos dados da taxa de natalidade e da taxa de mortalidade por idade de pessoas trans para o cálculo mais preciso e adequado da expectativa de vida da população trans brasileira. Há uma subnotificação da população trans, visto que não temos dados estruturantes de eleitores não-binários, pessoas trans sem título de eleitor, pessoas trans que não atualizaram o título para conter nome social e/ou identidade de gênero e pessoas trans até 15 anos de idade estudando em escolas privadas, ou fora das escolas, ou sem registro de nome social na educação básica.

Aspectos Metodológicos - Dados Utilizados

Idade Mediana e Expectativa de Vida dos Países: ONU

[https://population.un.org/wpp/downloads?](https://population.un.org/wpp/downloads?folder=Standard%20Projections&group=Most%20used)

[folder=Standard%20Projections&group=Most%20used](https://population.un.org/wpp/downloads?folder=Standard%20Projections&group=Most%20used). Acesso em: 10/05/2025

Eleitorado das eleições 2024: TSE <https://sig.tse.jus.br/ords/dwapr/r/seai/sig-eleicao-eleitorado/eleitorado-eleicao?session=102938080792161> Acesso em: 10/05/2025

Estudantes da Educação Básica com Nome Social nas escolas públicas: Dossiê Rede Trans 2025 - <https://observatoriotrans.org/dossi%C3%AAs-rede-trans-brasil> Acesso em 10/05/2025

Matrículas na educação básica em redes privada e pública - Censo Escolar 2024: <https://app.powerbi.com/view?r=eyJrljoiN2ViNDBjNDEtMTM0OC00ZmFhLWlyZWYtZjI1YjU0NzQzMTJhliwidCI6IjI2ZjczODk3LWM4YWMtNGIxZS05NzhmLWVhNGMwNzc0MzRiZiJ9> Acesso em 10/05/2025

Expectativa de vida no Brasil:

<https://agenciagov.ebc.com.br/noticias/202408/expectativa-de-vida-sobe-para-76-4-anos-nobrasil-apos-queda-durante-a-pandemia> Acesso em 10/05/2025

Idade mediana no Brasil: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/38186-censo-2022-numero-de-pessoas-com-65-anos-ou-mais-de-idade-cresceu-57-4-em-12-anos> Acesso em 13/05/2025

Categoria	Indicador	Fonte Principal	Ano/Referência
Demografia Global	Idade Mediana e Expectativa de Vida	ONU (World Population Prospects)	Projeções Padrão (2025)
Demografia Nacional	Expectativa de Vida e Idade Mediana (Brasil)	IBGE / Agência Gov	Censo 2022 / <u>Atualiz. 2024</u>
Educação	Matrículas e Censo Escolar	INEP / Censo Escolar 2024	Microdados/ <u>PowerBI</u>
Educação e Gênero	Estudantes com Nome Social	Rede Trans Brasil	Dossiê 2025
Participação Política	Perfil do Eleitorado	TSE (Sistema de Estatísticas)	Eleições 2024

Resultados

Idade mediana de pessoas trans no Brasil: 22,5 - (Próxima a da Guatemala)

Expectativa de Vida de Pessoas Trans no Brasil: 69,1 (Próxima a do Laos)

Para efeito de comparação, a expectativa de vida ao nascer no Brasil é de 76,4 (2023) ou seja, 07 anos a mais que a expectativa de vida de pessoas trans.

MEMÓRIA DE CÁLCULO

Tabela 1 - FAIXA ETÁRIA - Dados TSE e Dossiê da Rede Trans (alunos (as) trans do Ensino Básico Público e eleitores (as) trans)

Faixa etária	População trans	% População Trans
4 a 15 anos	5843 ¹	7,05%
16 anos	1105	1,33%
17 anos	2055	2,48%
18 anos	4559	5,50%
19 anos	6395	7,72%
20 anos	6725	8,12%
21 a 24 anos	17350	20,94%
25 a 29 anos	11945	14,42%
30 a 34 anos	8088	9,76%
35 a 39 anos	5567	6,72%
40 a 44 anos	4192	5,06%
45 a 49 anos	3163	3,82%
50 a 54 anos	2125	2,56%
55 a 59 anos	1645	1,99%
60 a 64 anos	1067	1,29%
65 a 69 anos	624	0,75%
70 a 74 anos	255	0,31%
75 a 79 anos	91	0,11%
80 a 84 anos	41	0,05%
85 a 89 anos	19	0,02%
90 a 94 anos	7	0,01%
95 a 99 anos	0	0,00%
Mais de 100 anos	0	0,00%
Total Geral	77018	100%

Para efeito de cálculo, as 9.003 pessoas com nome social na educação básica foram consideradas tendo menos de 18 anos. Como o título de eleitor contém pessoas com 16 e 17 anos, tal população foi considerada como possível duplicidade com os alunos na educação básica e, portanto, foi excluída do total de estudantes da educação básica, obtendo a população trans estimada de até 15 anos.

Considerando que a educação básica pública abrange 79,80% dos alunos e considerando uma igual taxa de estudantes trans na rede privada, é possível chegar na seguinte tabela:

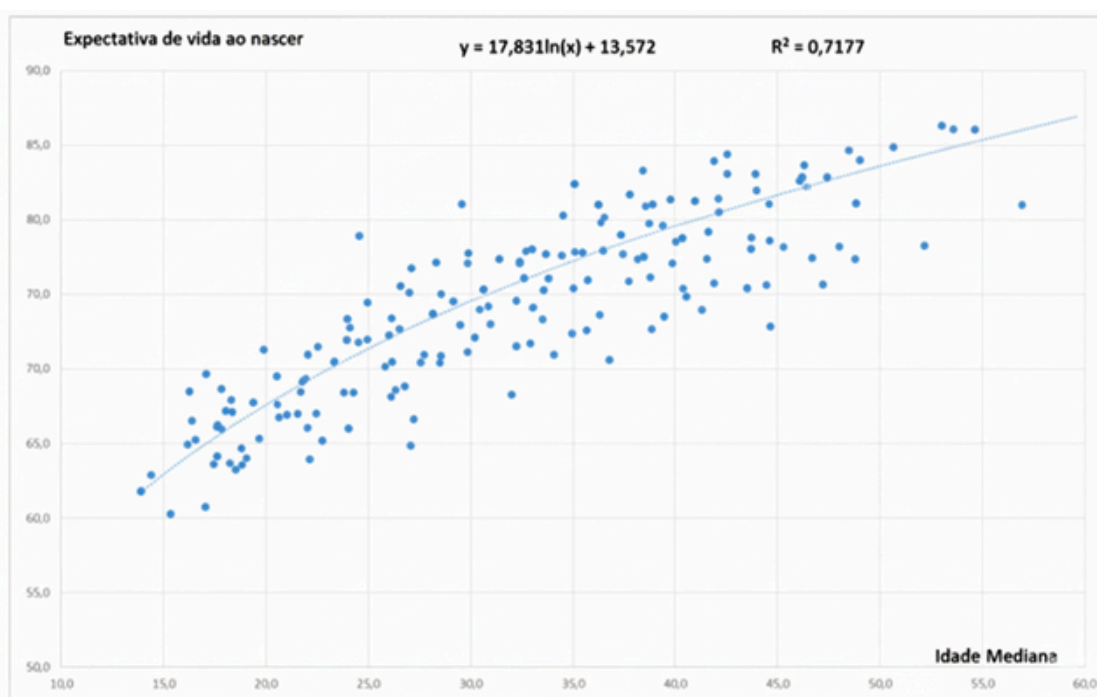
Tabela 2 - FAIXA ETÁRIA - Dados TSE, Dossiê da Rede Trans e Censo Escolar - Eleitores (as) e estudantes trans do Ensino Básico - Incluindo a estimativa de alunos da Educação básica na rede privada

Faixa etária	População trans	% População Trans
4 a 15 anos	8122	9,54%
16 anos	1105	1,30%
17 anos	2055	2,41%
18 anos	4559	5,35%
19 anos	6395	7,51%
20 anos	6725	7,90%
21 a 24 anos	17350	20,38%
25 a 29 anos	11945	14,03%
30 a 34 anos	8088	9,50%
35 a 39 anos	5567	6,54%
40 a 44 anos	4192	4,92%
45 a 49 anos	3163	3,72%
50 a 54 anos	2125	2,50%
55 a 59 anos	1645	1,93%
60 a 64 anos	1067	1,25%
65 a 69 anos	624	0,73%
70 a 74 anos	255	0,30%
75 a 79 anos	91	0,11%
80 a 84 anos	41	0,05%
85 a 89 anos	19	0,02%
90 a 94 anos	7	0,01%
95 a 99 anos	0	0,00%
Mais de 100 anos	0	0,00%
Total Geral	85140	100%

Tanto da Tabela 1, quanto da Tabela 2 obtemos uma idade mediana da população trans no Brasil por volta da faixa etária de 21 a 24 anos. Para efeito de cálculo foi considerada como Idade Mediana da População Trans a média das pontas dessa faixa etária, de 22,5 anos.

Por meio da análise de indicadores de 237 países obtidos pelo levantamento realizado pela ONU, foi traçada uma linha de tendência logarítmica dos dados entre idade mediana da população e a expectativa de vida conforme o Gráfico 1:

Gráfico 1 - Aproximação Linear entre Idade Mediana e Expectativa de Vida dos Países



Fonte: Mariana Silva Arakawa, 2026.

Obtém, da linha de tendência logarítmica, a equação $Ev = 17,831 \cdot \ln(Im) + 13,572$, onde: Ev = Expectativa de Vida Im = Idade mediana. Encontra-se ainda um valor de R^2 de 0,7177.

Aplicando a equação para a Idade Mediana das pessoas trans consideradas nesta pesquisa, de 22,5, se obtém uma estimativa de expectativa de vida de pessoas trans ao nascer no Brasil de 69,1 anos de idade.

Para efeito de comparação, aplicando a metodologia utilizada para cálculo da estimativa de expectativa de vida de pessoas trans no Brasil, com os dados do Censo Escolar de 2024 e do TSE para a população em geral no Brasil, obtemos a Tabela 3:

Tabela 3 - População: Alunos da Educação Básica e Eleitores em geral

Faixa etária	População Geral	% População Geral
4 a 15 anos	41448565	21,00%
16 anos	724324	0,37%
17 anos	1111757	0,56%
18 anos	1942082	0,98%
19 anos	2332141	1,18%
20 anos	2569916	1,30%
21 a 24 anos	11484305	5,82%
25 a 29 anos	15832575	8,02%
30 a 34 anos	15080125	7,64%
35 a 39 anos	15767913	7,99%
40 a 44 anos	16022124	8,12%
45 a 49 anos	14363742	7,28%
50 a 54 anos	12678177	6,42%
55 a 59 anos	11841817	6,00%
60 a 64 anos	10513681	5,33%
65 a 69 anos	8437846	4,28%
70 a 74 anos	6314301	3,20%
75 a 79 anos	4067703	2,06%
80 a 84 anos	2405496	1,22%
85 a 89 anos	1277385	0,65%
90 a 94 anos	577937	0,29%
95 a 99 anos	352000	0,18%
100 anos ou mais	213845	0,11%
Total	197359757	100,00%

Obtemos uma idade mediana da população geral no Brasil na faixa etária de 35 a 39 anos, dentro daquela obtida por meio dos dados do IBGE, de 35 anos.

Para efeito de cálculo foi considerada como Idade Mediana da população geral a média das pontas dessa faixa etária estabelecendo-se em 37 anos. Aplicando a equação $Ev = 17,831 \cdot \ln(Im) + 13,572$, se encontra uma estimativa de expectativa de vida para a população geral no Brasil ao nascer de 76,9 anos, a qual está bem próxima daquela informada pelo IBGE, de 76,4 anos.

COMPARATIVO ENTRE POPULAÇÕES NA EDUCAÇÃO BÁSICA

Quando se compara a porcentagem de estudantes na educação básica em relação ao total da amostra do estudo para a população geral e população trans, verifica-se uma grande diferença de percentual:

Faixa etária	População Geral	% da População Geral
4 a 15 anos	41448565	21,00%

Faixa etária	População trans	% da População Trans
4 a 15 anos	8122	9,54%

As possíveis hipóteses para a diferença de percentuais encontrados são a cisheteronormatividade compulsória e a consequente evasão escolar de alunas e alunos trans.

A cisheteronormatividade compulsória é o que define quais corpos podem circular livremente pelos espaços (escolas, banheiros, ruas) e quais corpos são empurrados para as margens ou para a invisibilidade.

Romper com a cisheteronormatividade compulsória não é apenas uma questão de "tolerância", mas de dismantelar um sistema que utiliza o gênero e a sexualidade como ferramentas de controle social e hierarquização de vidas.

COMPARATIVO ENTRE POPULAÇÕES DE ELEITORES (AS)

Por meio dos dados do TSE é possível obter a seguinte estrutura etária dos eleitores (as) trans e dos eleitores (as) em geral:

Tabela 4 - Estrutura Etária Eleitores (as) em geral x Eleitores (as) Trans

Faixa etária	% Eleitores Geral	% Eleitores Trans	Variação
16 anos	0,46%	1,43%	0,97%
17 anos	0,71%	2,67%	1,96%
18 anos	1,25%	5,92%	4,67%
19 anos	1,50%	8,30%	6,81%
20 anos	1,65%	8,73%	7,08%
21 a 24 anos	7,37%	22,53%	15,16%
25 a 29 anos	10,15%	15,51%	5,35%
30 a 34 anos	9,67%	10,50%	0,83%
35 a 39 anos	10,11%	7,23%	-2,89%
40 a 44 anos	10,28%	5,44%	-4,83%
45 a 49 anos	9,21%	4,11%	-5,11%
50 a 54 anos	8,13%	2,76%	-5,37%
55 a 59 anos	7,60%	2,14%	-5,46%
60 a 64 anos	6,74%	1,39%	-5,36%
65 a 69 anos	5,41%	0,81%	-4,60%
70 a 74 anos	4,05%	0,33%	-3,72%
75 a 79 anos	2,61%	0,12%	-2,49%
80 a 84 anos	1,54%	0,05%	-1,49%
85 a 89 anos	0,82%	0,02%	-0,79%
90 a 94 anos	0,37%	0,01%	-0,36%
95 a 99 anos	0,23%	0,00%	-0,23%
100 anos ou mais	0,14%	0,00%	-0,14%
Total	100,00%	100,00%	

Seria esperado inicialmente que a estrutura etária dos eleitores (as) trans seguisse os percentuais dos eleitores em geral no Brasil. Entretanto, por meio da análise do perfil dos eleitores verifica-se que a porcentagem de eleitores trans é menor que a porcentagem de eleitores da população em geral, em relação a suas respectivas populações, a partir dos 35 anos de idade, indicando possível subnotificação e possível aumento da taxa de mortalidade a partir dessa idade.

Possíveis hipóteses:

- Subnotificação devido a maior grau de marginalização entre pessoas trans a partir dos 35 anos de idade. Portanto haveria maior dificuldade de a Justiça Eleitoral alcançar eleitoras e eleitores trans que possuam idade superior a 34 anos;
- Subnotificação devido à cisheteronormatividade compulsória (pessoas trans mais velhas que “não saíram ou voltaram ao armário”;
- Pessoas trans mais velhas que retificaram a certidão de nascimento mas que não informaram a identidade de gênero à Justiça Eleitoral para preservar a intimidade);

- Pessoas trans morrem mais cedo em relação à população em geral.

POSSÍVEIS CENÁRIOS DE SUBNOTIFICAÇÃO

Os cenários de possível subnotificação aqui apresentados demonstram a vulnerabilidade da população trans:

Cenário 1 - Possível alta subnotificação da população trans entre 04 e 15 anos

A possível alta subnotificação da população trans entre 04 e 15 anos pode significar que talvez haja muitas crianças e adolescentes que não conseguem iniciar a transição social ou que elas estejam fora da educação básica. É um indicativo da cisheteronormatividade na sociedade. Também há a possibilidade de que, principalmente as crianças, não vejam necessidade, ou vejam pouco sentido de se definir como cis ou trans nesse período da vida.

Cenário 2 - Possível alta subnotificação da população trans a partir de 35 anos

A possível alta subnotificação da população trans a partir de 35 anos pode significar que há muitas pessoas trans marginalizadas, sem título de eleitor e, portanto, sem direito básico à cidadania.

A possível alta subnotificação da população trans a partir de 35 anos também pode significar que há muitas pessoas trans nesse recorte que não atualizaram ou não incluíram sua identidade de gênero no título (seja por não terem saído do armário ou voltado a ele, ou ainda para preservar sua intimidade) demonstrando um apagamento da identidade trans que pode ser explicada pela cisheteronormatividade.

Cenário 3 - baixa subnotificação da população trans a partir de 35 anos

Nesse caso a diminuição da parcela da população trans a partir de 35 anos seria explicada simplesmente por um aumento na taxa de mortalidade a partir dessa idade.

Ressalta-se que as hipóteses que explicam a subnotificação, ou uma possível baixa subnotificação não são excludentes, sendo possível a coexistência delas no Brasil, em graus que ainda precisam ser apurados.

De qualquer forma, considerando a expressiva população trans entre 20 e 24 anos, também é importante pontuar que os casos de subnotificação provavelmente não teriam peso significativo para impactar no cálculo da Idade Mediana da população e, então, refletir na estimativa da expectativa de vida ao nascer das pessoas trans no Brasil utilizando a metodologia aplicada neste estudo.

Não é possível inferir se a estimativa de expectativa de vida de pessoas trans encontrada é otimista ou pessimista com base nos casos de subnotificação.

O presente estudo tratou-se de uma estimativa com base na estrutura etária das pessoas vivas no ano de 2024. Deve ser reafirmada a necessidade de políticas públicas para pessoas trans, visto que a estimativa da expectativa de vida de pessoas trans ao nascer no Brasil, com base neste estudo, é aproximadamente 7 anos inferior àquela geral ao nascer no país em 2023.



PALAVRAS FINAIS

Ao final de uma década de monitoramento contínuo (2016–2026), os dados apresentados neste Dossiê confirmam que a violência contra pessoas trans no Brasil não é um fenômeno acidental, mas um projeto político de exclusão. A análise da "Geografia dos Corpos Trans" revela que a morte física é apenas o estágio final de um ciclo de "morte social" que se inicia com a expulsão familiar e escolar.

O trabalho da Rede Trans Brasil supre uma lacuna crítica deixada pela ausência de estatísticas oficiais consistentes sobre essa população. A máxima que guia este dossiê é clara: "Sem dados, não há política pública". Ao documentar violências e monitorar a implementação de direitos, a Rede transforma números em ferramentas de luta e memória.

A letalidade continua concentrada em mulheres trans e travestis negras e periféricas, evidenciando que o racismo e a transfobia operam de forma indissociável. O espaço público permanece hostil, servindo como cenário para a negação de direitos fundamentais e o exercício de uma soberania que decide quais vidas são "descartáveis".

A ausência de estatísticas oficiais consistentes obriga a sociedade civil a assumir o papel do Estado na produção de dados para garantir que essas vidas não sejam apagadas da memória coletiva.

Para reverter o cenário de violência sistêmica, a Rede Trans Brasil propõe as seguintes ações imediatas:

Segurança e Justiça: Implementação de protocolos rigorosos para a investigação de crimes de ódio, combatendo a impunidade e o subnotificação policial.

Saúde Integral: Ampliação do acesso ao processo transexualizador no SUS e garantia irrestrita do uso do nome social em todos os níveis de atendimento.

Educação Inclusiva: Fortalecimento de políticas de permanência escolar para jovens trans, visando romper o ciclo de exclusão que os empurra para a marginalidade.

Empregabilidade: Criação de incentivos e cotas para a inserção de pessoas trans no mercado de trabalho formal, garantindo autonomia econômica e cidadania plena.

Nenhum projeto de democracia no Brasil será completo enquanto corpos trans forem alvos de perversidade contínua e exclusão sistemática. Este documento não é apenas um registro de óbitos; é um manifesto pela vida. Dados salvam vidas, mas apenas a vontade política e a solidariedade social podem transformar a geografia da morte em uma geografia de direitos.

Apesar dos avanços na visibilidade, os desafios permanecem altos devido à persistência da violência, exclusão social e precariedade de vida. A conclusão reforça que cada dado coletado é uma ferramenta para denunciar o subnotificação de crimes de ódio e exigir que o Estado cumpra seu papel em todas as esferas (municipal, estadual e federal).

A Rede Trans Brasil encerra este documento reafirmando seu compromisso de transformar evidências em justiça e políticas que garantam a cidadania plena e combatam a transfobia em todo o território nacional.



AUTORAS/ES



TATHIANE ARAÚJO. Presidenta da Rede Trans Brasil. Graduada em Gestão Pública. Foi a primeira pessoa trans presidente de um Grêmio em Sergipe e diretora da União Sergipana dos Estudantes Secundaristas (USES). Fundadora da ASTRA LGBT. Sua atuação de mais de 20 anos é marcada pela representação em conselhos de classes. É Coordenadora no Brasil da Rede Latino Americana e do Caribe de Pessoas Trans (REDLACTRANS) e Secretária Nacional do Segmento LGBT do Partido Socialista Brasileiro (PSB).



SAYONARA NOGUEIRA. Professora, Licenciada em Geografia pela Universidade Federal de Uberlândia, Especialista em Coordenação Pedagógica e Atendimento Educacional Especializado. Professora efetiva na Secretaria de Educação de Minas Gerais, Coordenadora Pedagógica do Novo Ensino Médio e Secretária de Comunicação da Rede Trans Brasil.



MARIANA SILVA ARAKAWA. Engenheira civil formada pela Universidade Estadual Paulista - Unesp. Servidora da Justiça Eleitoral do Paraná, membra do Núcleo de Diversidade e Inclusão do TRE-PR.



DANIEL OLIVEIRA. Professor Adjunto no curso de Pedagogia da Universidade Estadual do Ceará, na Faculdade de Educação e Ciências Integradas de Crateús, Ceará, Brasil. Professor do PPGHCE - Programa de Pós-Graduação em História, Culturas e Espacialidades da Universidade Estadual do Ceará. Graduado e mestre em História pela Universidade Federal de Uberlândia. Graduado em Pedagogia. Doutor em Educação pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

REALIZAÇÃO



APOIO



REVISÃO



FLÁVIO BREBIS. Tem formação em Letras, Publicidade e Jornalismo. Em 2014, publicou “Tuda, uma história de identidade”, que retrata a temática da identidade de gênero para o público infantojuvenil. De 2015 a 2018, foi Gestor de Políticas Públicas LGBT do Governo de Brasília, Distrito Federal, alcançando, conjuntamente com a sua equipe de trabalho e a militância, a concretização de reivindicações históricas do movimento social LGBT. E-mail: flaviobrebis@gmail.com



REDE TRANS BRASIL

SAYONARA NAIDER BONFIM NOGUEIRA

TATHIANE AQUINO ARAÚJO

MARIANA SILVA ARAKAWA

DANIEL HENRIQUE DE OLIVEIRA SILVA

DOSSIÊ
A GEOGRAFIA DOS
CORPOS TRANS

**ANÁLISE DA EXPECTATIVA DE VIDA DAS PESSOAS
TRANS E TRAVESTIS BRASILEIRAS
COM BASE NOS DADOS ELEITORAIS**

10 ANOS: A GEOGRAFIA DOS CORPOS TRANS